

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

MATHEUS SCHMITT

**PROVISÕES E PASSIVOS CONTINGENTES: UM ESTUDO NAS INFORMAÇÕES
EVIDENCIADAS PELAS COMPANHIAS DE SEGUROS LISTADAS NA
BM&FBOVESPA**

Florianópolis

2016

MATHEUS SCHMITT

**PROVISÕES E PASSIVOS CONTINGENTES: UM ESTUDO NAS INFORMAÇÕES
EVIDENCIADAS PELAS COMPANHIAS DE SEGUROS LISTADAS NA
BM&FBOVESPA**

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof. Joice Antônio Lorandi, Dr.

FLORIANÓPOLIS

2016

MATHEUS SCHMITT

**PROVISÕES E PASSIVOS CONTINGENTES: UM ESTUDO NAS INFORMAÇÕES
EVIDENCIADAS PELAS COMPANHIAS DE SEGUROS LISTADAS NA
BM&FBOVESPA**

Esta monografia foi apresentada no curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina, obtendo a nota final _____ atribuída pela banca examinadora constituída pelo professor orientador e membros abaixo mencionados.

Florianópolis, SC, 21 de junho de 2016.

Professor Marcelo Haendchen Dutra, Dr.
Coordenador de Monografias do Departamento de Ciências Contábeis

Professores que compuseram a banca examinadora:

Prof. Dr. Joisse Antônio Lorandi (Orientador)
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Prof. Dr. Alex Mussoi Ribeiro
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Prof.^a Dra. Maíra Melo de Souza
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

"Dias inteiros de calma, noites de tormenta,
dedos no leme e olhos no horizonte,
descobri a alegria de transformar distâncias em
tempo.

Um tempo em que aprendi
a entender as coisas do mar,
a conversar com as grandes ondas
e não discutir com o mau tempo.
A transformar o medo em respeito,
o respeito em confiança.
Descobri como é bom chegar quando se tem
paciência.

E para se chegar onde quer que seja,
aprendi que não é preciso dominar a força, mas a
razão.

É preciso antes de mais nada querer. " (Amyr
Klink)

AGRADECIMENTOS

Em primeiro momento agradeço à Deus, por ter me acompanhado durante toda minha trajetória e por ser guia e fonte de inspiração para os desafios.

Agradeço meus pais Jucemar Amaral Schmitt e Nivaldo Schmitt (em memória) que me incentivaram e sempre acreditaram que a educação é o nosso bem maior.

Agradeço aos familiares, amigos e minha namorada que sempre foram presentes e que contribuíram para realização deste e de todos os outros sonhos.

Agradeço aos professores da UFSC, em especial ao professor orientador Joisse Antônio Lorandi que me instruiu neste trabalho dando as direções para o êxito da caminhada.

Muito obrigado!

SCHMITT, Matheus. **Provisões e passivos contingentes**: um estudo nas informações evidenciadas pelas companhias de seguros listadas na BM&FBovespa. Monografia, 73f. Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina, 2016.

RESUMO

Este estudo apresenta como objetivo geral analisar as informações contábeis pertinentes as provisões e passivos contingentes divulgadas pelas seguradoras listadas na Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo (BM&FBovespa). A pesquisa analisou as Demonstrações Financeiras Padronizadas – DFPs e as Notas Explicativas - NEs, exercício de 2015, das empresas da amostra. Foram estabelecidas questões de pesquisa e por meio destas perguntas buscou-se identificar a adequação das empresas com as exigências do CPC 25, verificou-se a representatividade das contingências no patrimônio das companhias e foi analisado a relação entre a qualidade da informação contábil com o nível de governança corporativa das empresas e o porte das empresas que realizaram a auditoria independente nestas companhias. A escolha do segmento das seguradoras foi realizada em função da relevância desta atividade no país e pela regulamentação deste segmento por uma autarquia vinculada ao Ministério da Fazenda, a Superintendência dos Seguros Privados (SUSEP). O método de pesquisa foi documental, qualitativo e descritivo. A análise dos dados trouxe a informação de que as divulgações das provisões e passivos contingentes não atendem as exigências mínimas do CPC 25. Nos elementos em que as exigências do CPC 25 foram atendidas concluiu-se que a qualidade da informação contábil e a conformidade com o CPC 25 podem estar associadas à classificação dos níveis de governança corporativa e ao porte das empresas que realizaram as auditorias independentes nestas companhias.

Palavras chave: CPC 25: Passivos contingentes. Provisões. Seguradoras.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Critérios na divulgação das contingências quanto à probabilidade.....	21
Figura 2- Divulgação por classes de provisão.....	23
Figura 3 - Tratamento dos Reembolsos.....	24
Figura 4 - Informações da companhia Sul América S.A.....	43
Figura 5 - Fragmento BP Sul América S.A.....	44
Figura 6 - NE Porto Seguro S.A.....	47
Figura 7- BP Porto Seguro S.A.....	48
Figura 8 - NE 19 Porto Seguro S.A.....	49
Figura 9 - NE 16 Provisão BB Seguridade S.A.....	52
Figura 10 - NE 16 BB Seguridade S.A.....	53
Figura 11 - NE 16 BB Seguridade S.A.....	54

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Empresas da Amostra.....	31
Quadro 2 - Verificação das Provisões	32
Quadro 3 - Verificação dos passivos contingentes.....	33
Quadro 4 - Verificação das provisões Cia de Seguros Aliança da Bahia S.A.	36
Quadro 5 - Verificação dos passivos contingentes Cia de Seguros Aliança da Bahia S.A.	37
Quadro 6 - Verificação das provisões Cia de Participações Aliança da Bahia S.A. ...	39
Quadro 7 - Verificação dos passivos contingentes Cia de Participações Aliança da Bahia S.A.	41
Quadro 8 - Verificação das provisões Sul América S.A.	43
Quadro 9 - Passivos contingentes Sul América S.A.....	45
Quadro 10 - Verificação das provisões Porto Seguro S.A.....	47
Quadro 11 - Passivos contingentes Porto Seguro S.A.....	49
Quadro 12 - Verificação das provisões BB Seguridade Participações S.A.	51
Quadro 13 - Verificação dos passivos contingentes BB Seguridade S.A.....	53

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Natureza dos Passivos Contingentes e Provisões Cia de Seguros Aliança da Bahia S.A. (em milhares reais).....	38
Tabela 2 - Natureza Passivos Contingentes e Provisões Cia de Participações Aliança da Bahia S.A.....	42
Tabela 3 - Natureza dos Passivos Contingentes e Provisões Sul América S.A. (em milhares de reais).....	46
Tabela 4 - Natureza dos Passivos Contingentes e Provisões Porto Seguro S.A. (em milhares de reais).....	50
Tabela 5 - Natureza dos Passivos Contingentes e Provisões BB Seguridade S.A. ...	55
Tabela 6 - Percentual das respostas perguntas de pesquisa - Provisões.....	56
Tabela 7 - Percentual das respostas perguntas de pesquisa – Passivos Contingentes	57

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BM&FBovespa – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo
BP – Balanço Patrimonial
CFC – Conselho Federal de Contabilidade
CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis
CVM – Comissão de Valores Mobiliários
DC's – Demonstrações Contábeis
DFPs - Demonstrações Financeiras Padronizadas
DPVAT – Seguro de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres
FASB - *Financial Accounting Standards Board*
IAS - *International Accounting Standards*
NBC-T – Normas Brasileiras de Contabilidade - Técnicas
NEs – Notas Explicativas
PL – Patrimônio Líquido
SFAC - *Statement of Financial Accounting Concepts*
SUSEP – Superintendência de Seguros Privados

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	12
1.1 TEMA E PROBLEMA	13
1.2 OBJETIVOS DA PESQUISA	14
1.2.1 Objetivo Geral	15
1.2.2 Objetivos Específicos	15
1.3 JUSTIFICATIVA.....	15
1.4 DELIMITAÇÃO DA PESQUISA	17
1.5 ORGANIZAÇÃO DA PESQUISA	17
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	18
2.1 PASSIVOS	18
2.2 PROVISÕES E PASSIVOS CONTINGENTES.....	19
2.3 CPC 25.....	20
2.4 GOVERNANÇA CORPORATIVA	25
2.5 AUDITORIA INDEPENDENTE	26
2.6 ESTUDOS SIMILARES	27
3. METODOLOGIA.....	29
3.1 ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO	29
3.2 SELEÇÃO DA AMOSTRA.....	30
3.3 PROCEDIMENTOS DE PESQUISA.....	32
4. APRESENTAÇÃO DOS DADOS E ANÁLISE DOS RESULTADOS	35
4.1 ANÁLISE INDIVIDUAL POR EMPRESA	35
4.1.1 Companhia de Seguros Aliança da Bahia S.A.	35
4.1.2 Companhia de Participações Aliança da Bahia S.A.	38
4.1.3 Sul América S.A.	42
4.1.4 Porto Seguro S.A.	46
4.1.5 BB Seguridade Participações S.A.	51

4.2	ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE AS EMPRESAS	55
4.2.1	Análise Conjunta dos Dados	55
5.	CONCLUSÕES.....	61
	REFERÊNCIAS	63
	APÊNDICE A – Empresas da Amostra	67
	APÊNDICE B – Evidenciação das Provisões.....	68
	APÊNDICE C – Evidenciação dos Passivos Contingentes	71

1. INTRODUÇÃO

A contabilidade há alguns anos possuía apenas a função de registrar o patrimônio das empresas e suas eventuais mutações (LOPES; MARTINS, 2007). No decorrer do tempo, essa ciência transformou-se e passou a ter a necessidade de fornecer dados aos diversos usuários da informação. Por ser considerada uma das principais ferramentas para tomada de decisão, a contabilidade deve registrar de forma íntegra e tempestiva toda situação econômica e financeira de uma organização.

No ano de 2005, com o surgimento do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), a Contabilidade brasileira iniciou o processo de convergência aos padrões internacionais de contabilidade. Posterior a essa etapa, surgiram a Lei nº 11.638/07 e 11.941/09 que modificaram a Lei nº 6.404/76 que rege as companhias listadas na Bolsa de Valor de São Paulo (BM&FBovespa). Com esses avanços a contabilidade passa a fornecer novas informações, com intuito de representar a realidade da organização nos seus diversos setores, prevalecendo assim à essência sobre a forma (ERNST & YOUNG, 2010).

Um tema de bastante estudos e que divide opiniões entre os profissionais da contabilidade são as incertezas de desembolsos futuros, provenientes de fatos imprecisos, isto é, que dependem de eventos vindouros para que possam ser reconhecidos (Passivos Contingentes).

Por muito tempo se utilizou o termo provisão para passivos derivados de apropriações por competência, tais como, férias, décimo terceiro salário, entre outros (Martins *et al.*, 2013). Esses são considerados passivos genuínos, em que existe grau de certeza relevante e, portanto não devem ser reconhecidos como provisões.

Conforme a deliberação 489 da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) (2005), as companhias abertas daquele ano já deveriam seguir regras de para contabilização das provisões, passivos e ativos contingentes. Tal deliberação assemelha-se significativamente a IAS 37, isto é, o tratamento deste tema não foi novidade para os contadores em 2009 com a aprovação do CPC 25, uma vez que este pronunciamento técnico é correlato a IAS 37.

A contabilização das provisões, ativos e passivos contingentes, deve estar de acordo com a Resolução nº 1.180/09 do Conselho Federal de Contabilidade (CFC)

que através da Norma Brasileira de Contabilidade – Técnica (NBC-T) estabeleceu regras e medidas referentes à adoção de provisões, passivos, passivos contingentes e ativos contingentes. A Deliberação nº 594/09 da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) também foi importante para aprovação do Pronunciamento Técnico nº 25 (CPC 25) que deve ser referência pelas entidades na elaboração de suas Demonstrações Financeiras quanto às contingências.

Com intuito de padronizar as práticas contábeis brasileiras com as internacionais, o CPC 25 é a norma brasileira que corresponde a Norma Internacional de Contabilidade nº 37 *International Accounting Standard (IAS)*, em que são debatidas as práticas contábeis internacionais e são determinadas regras e informações suficientes através das notas explicativas para reconhecimento, mensuração e evidenciação aplicáveis aos passivos e ativos contingentes e provisões.

As divulgações por meio de notas explicativas dos passivos contingentes facilitam o entendimento dos usuários da contabilidade (interno e externo) das perdas que a entidade poderá incorrer no transcorrer dos próximos períodos. Nas provisões as mensurações são divulgadas por meio de estimativas confiáveis e no registro das provisões a obrigação é reconhecida no Balanço Patrimonial (BP).

Conforme Niyama e Tibúrcio (2011), ao analisar o risco de uma empresa é fundamental confrontar os passivos da companhia com outros dados das demonstrações contábeis. Deste modo entende-se que provisões e passivos contingentes são relevantes para os gestores no planejamento de fluxo de caixa, por exemplo, e para os investidores ao projetar dividendos prováveis, uma vez que a empresa poderá incorrer despesas em períodos futuros provenientes de passivos contingentes.

1.1 TEMA E PROBLEMA

Segundo Farias (2004, p. 1) “na atribuição de valores exatos a obrigações contingentes que só se esclarecerão no futuro reside uma das problemáticas enfrentada pela contabilidade ao mensurar este elemento patrimonial”.

A contabilidade trata de determinados temas discricionários, em que diferentes interpretações geram incertezas quanto à subjetividade das informações

financeiras. Através de normas e princípios contábeis as divulgações das empresas devem ser adequadas para registrar a situação da entidade naquele momento.

Conforme Martins *et. al* (2013), o objeto de estudo central da Contabilidade “é o de permitir a cada grupo principal de usuários, a avaliação da situação econômica e financeira da entidade, num sentido estático, bem como fazer inferências sobre suas tendências futuras”.

Conforme a Resolução nº 1.055/05 do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), no ano de 2005 surgiu do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que através da emissão de pronunciamentos contábeis visou centralizar, uniformizar a convergir a contabilidade brasileira aos padrões internacionais.

Conforme Ernst & Young (2010), o usuário da informação contábil usa das demonstrações financeiras para identificar os riscos e retornos que o investimento produz, entender sobre a continuidade da empresa e analisar os desenvolvimentos, bem como a evolução do desempenho da empresa.

Mesmo com a convergência ao padrão internacional de contabilidade, o desafio dos contadores brasileiros são privilegiar a essência econômica sobre a forma legal, exercer juízo de valor e verificar as mudanças nas legislações internacionais e locais (ERNEST & YOUNG, 2010).

De acordo com a Superintendência de Seguros Privados (2016), as companhias de seguros são controladas, fiscalizadas e regulamentadas visando atender o consumidor com qualidade. A Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) é uma autarquia vinculada ao Ministério da Fazenda desde o ano 1966.

Diante do papel que as seguradoras possuem na sociedade e das normas internacionais de contabilidade, dos Pronunciamentos Técnicos adotados pelo Brasil e os Princípios da Contabilidade surge a questão desta pesquisa: Quais informações contábeis sobre provisões e passivos contingentes são divulgadas pelas seguradoras listadas na BM&FBovespa?

1.2 OBJETIVOS DA PESQUISA

1.2.1 Objetivo Geral

Este trabalho tem como objetivo geral analisar as informações contábeis pertinentes as provisões e passivos contingentes divulgadas pelas seguradoras listadas na BM&FBovespa.

1.2.2 Objetivos Específicos

Para alcançar o objetivo geral foram estruturados objetivos específicos. São estes:

1. Verificar os registros dos passivos contingentes e provisões nas Demonstrações Contábeis das empresas da amostra;
2. Identificar a representatividade que as provisões e os passivos contingentes apresentam no patrimônio das companhias analisadas;
3. Comparar a evidenciação dos passivos contingentes e das provisões apresentadas pelas empresas com o CPC 25;
4. Analisar a relação entre a qualidade da informação contábil com o porte das empresas que auditaram as demonstrações financeiras e o nível de governança corporativa.

1.3 JUSTIFICATIVA

De acordo com Lopes (2002), a contabilidade fornece a informação para os agentes econômicos, sendo considerada um mecanismo que gera e divulga informação para os usuários e eleva a simetria da informação.

A simetria da informação contábil minimiza riscos aos usuários da contabilidade para a realização de suas projeções em diversas atividades. Os passivos contingentes e as provisões formam um tema de destaque no cenário contábil, vez que argumentações são frequentes quanto à discricionariedade na mensuração destas obrigações.

Este trabalho contribui com análise das demonstrações contábeis do segmento das seguradoras listadas na BMF&FBovespa no exercício de 2015 e

realiza verificações da padronização das demonstrações destas empresas com as normas internacionais de contabilidade, com foco no CPC 25 – IAS 37.

A análise das empresas do segmento das seguradoras justifica-se uma vez que as provisões e passivos contingentes destas companhias são pouco estudados e suas características podem ser diferenciadas dos outros setores já estudados, possibilitando comparações.

Conforme Costa (2013), o estudo de passivos contingentes é escasso, porém existem perspectivas de aumento de estudos nessa área temática. A pesquisa no segmento das seguradoras listadas na BM&FBovespa, exercício 2015, visa promover o conhecimento referente às contingências, e tal estudo busca, em especial, apresentar as peculiaridades deste segmento para que possam ser analisadas individualmente ou em conjunto dos outros segmentos a fim de que inferências sejam realizadas acerca do tratamento dos passivos contingentes e das provisões.

Deste modo, contribui com o estudo de Prado (2014), que em sua pesquisa realizou análises acerca das divulgações das informações sobre provisões e passivos contingentes das empresas do setor de energia elétrica. A comparação das duas pesquisas possibilita a verificação dos critérios adotados pelas empresas, considerando as especificidades de cada setor.

No mercado financeiro, é comum administradores e investidores possuírem informações assimétricas, as auditorias independentes é que “atestam” a fidedignidade da informação contábil para que os investidores, que não possuem as mesmas informações que os usuários internos, possam analisar as evidenciações e tomar suas decisões. (LOPES e MARTINS, 2007).

Os registros contábeis corretos aumentam a segurança das informações contidas nas demonstrações financeiras e a segurança dos usuários da contabilidade. A probabilidade da realização, acompanhada das estimativas de mensuração é que vão determinar a existência das provisões e passivos contingentes, cabe ao contador estabelecer critérios para melhor representar a realidade econômica e financeira da empresa.

De maneira geral, esta pesquisa visa destacar o tratamento das provisões e passivos contingentes adotados pelas seguradoras sediadas no Brasil. Faz parte desse estudo, indagações entre a evidenciação dos dados fornecidos pelas

empresas com as normas vigentes no país, de modo a reduzir a assimetria da informação e maximizar a segurança do usuário da informação contábil.

1.4 DELIMITAÇÃO DA PESQUISA

Esta pesquisa apresenta delimitações quanto ao período e amostra. A amostra analisada foi o segmento das seguradoras listadas na BM&FBovespa. O período do estudo compreende as Demonstrações Financeiras Padronizadas e as notas explicativas correspondentes ao exercício de 2015.

1.5 ORGANIZAÇÃO DA PESQUISA

No primeiro capítulo desta pesquisa é apresentada a introdução, o tema, o problema, a justificativa e os objetivos gerais e específicos deste trabalho.

O segundo capítulo trata do referencial teórico, este que abrange conceitos e pesquisas a dos passivos, provisões e passivos contingentes, CPC 25, Governança Corporativa, Auditoria Independente e Estudos Similares. Essa etapa contribui para análise dos dados apresentados na pesquisa.

O terceiro capítulo aponta a metodologia empregada neste estudo, composta por enquadramento metodológico, seleção da amostra e procedimentos de pesquisa esta etapa descreve os procedimentos realizados para que os objetivos pudessem ser atingidos.

O quarto capítulo abrange a análise dos resultados deste estudo, em primeiro momento as informações das companhias foram analisadas em individual, na sequência foi realizado uma análise comparativa entre as empresas da amostra.

No quinto capítulo estão as conclusões da pesquisa, nesta etapa são evidenciados os resultados as conclusões quanto aos resultados da pesquisa, comparações com estudos anteriores e as orientações para pesquisas futura

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste capítulo são apresentadas as informações preponderantes acerca do tema deste trabalho. Os conceitos e características de passivos, provisões e passivos contingentes, CPC 25, governança corporativa, auditoria independente estão presentes neste tópico, assim como os aspectos legais e os estudos similares a esta pesquisa.

2.1 PASSIVOS

A questão do passivo é determinante na análise da viabilidade financeira de uma empresa, por isso quando se pensa no risco de uma entidade, imediatamente busca-se comparar os passivos com outros componentes das demonstrações contábeis. (NIYAMA; TIBURCIO, 2011).

Para o exercício das atividades, as entidades precisam de bens e pessoas. Em determinados momentos as empresas não possuem nem receita, entretanto o risco da existência da companhia está associado às obrigações que fazem parte do seu cotidiano.

“Passivo é uma obrigação presente da entidade, derivada de eventos passados, cuja liquidação se espera que resulte na saída de recursos da entidade capazes de gerar benefícios econômicos”. (CPC – ESTRUTURA CONCEITUAL PARA ELABORAÇÃO E DIVULGAÇÃO DE RELATÓRIO CONTÁBIL-FINANCEIRO, 2011).

Conforme Mackenzie *et al.* (2013), três características a considerar para que um item seja qualificado como passivo:

- a) Empresa assume a obrigação presente através de provável transferência futura de um ativo;
- b) Obrigação não pode ser evitada;
- c) O evento que gera obrigação para entidade já deve ter acontecido.

De acordo com Santos *et al.* (2007), o momento de um reconhecimento de um passivo é bem explícito, já que ele provém da celebração de um contrato que especifica valor, data dos vencimentos e outras condições contratuais.

Determinadas exigências estão associadas a futuros e incertos, nesses casos existe a obrigação que deverá ser registrada com base em estimativas.

Já o *Financial Accounting Standards Board* (FASB) por meio do *Statement of Financial Accounting Concepts* (SFAC), Declaração de Conceitos de Contabilidade Financeira, norteia que o reconhecimento de passivos deve ocorrer quando o item corresponder com a definição de passivo, for mensurável, for relevante e preciso (FASB, SFAC n° 6, 1985).

Conforme Ludícibus (2010), o valor dos passivos registrados no BP, devem ser determinados pelo valor presente das quantias a serem pagas no futuro.

Ao considerar o valor presente das obrigações de curto prazo o valor nominal pode ser mantido, desde que o total do desconto seja irrelevante, se esse passivo poderá ser quitado com desconto, o valor registrado no passivo deverá ser o menor deles. Em situações de longo prazo, o valor de desconto geralmente é relevante, portanto o valor presente destes vencimentos deverá ser calculado.

2.2 PROVISÕES E PASSIVOS CONTINGENTES

A contabilidade é a ciência que estuda o patrimônio e as suas variações no decorrer do tempo. Instruído por normas e fundamentado por Princípios, o profissional da contabilidade tem em seu trabalho a responsabilidade de gerar informações das empresas de maneira fidedigna e num determinado momento. Certas ocasiões na atividade das empresas envolvem incertezas, as chamadas contingências, que serão abordadas neste capítulo com objetivo de assegurar a simetria da informação contábil.

De acordo Ludícibus (2010), o termo provisão foi bastante utilizado em contas retificadoras do ativo, entretanto a nomenclatura correta, neste caso, é perdas estimadas. A distinção entre essas contas tem objetivo reduzir a utilização do termo provisão, que de acordo com a Deliberação da CVM n° 594/09, o termo provisão refere-se exclusivamente aos passivos com prazo ou valor incertos.

Outro aspecto a ser considerado é a diferença entre os termos provisão e *accruals*. Um *accrual* possui obrigação já existente, registrada no período de competência, e o grau de certeza é relevante, por este efeito é considerado um

passivo genuíno e o seu reconhecimento é distinto das provisões (LOPES E MARTINS, 2007).

De acordo com o CPC 25 (2009), o passivo contingente é uma obrigação presente em que não foi possível mensurar seu valor com estimativas confiáveis, que resultou de eventos anteriores e a sua existência será confirmada pela ocorrência ou não de eventos futuros incertos, que não dependem unicamente da entidade. Caso a possibilidade de saída de recursos seja remota, a divulgação está dispensada.

Costa (2013) relata que os passivos contingentes estão relacionados com as provisões, quando a probabilidade do passivo contingente aumenta pode se tornar uma provisão, afetando diretamente no resultado da empresa. O inverso é verdadeiro, conforme a probabilidade da concretização da provisão diminui ela pode ser revertida, por consequência o patrimônio líquido da entidade aumenta.

Prado (2014) destaca que a classificação de provisão ou passivo contingente é determinada pela probabilidade de ocorrência futura. A regulamentação apresentada define essa probabilidade pelo significado das palavras, “provável” indica maior grau de acontecer, “possível” que apresenta possibilidade média e “remota” que apresenta baixa chance de ocorrer. Então se a exigibilidade for provável e mensurável vira uma provisão e é reconhecida no passivo, já se for provável e não mensurável, ou possível, registra-se em nota explicativa, se a exigibilidade for remota a divulgação não é necessária.

Os critérios adotados pelas companhias quanto à probabilidade é que vão diferenciar as provisões dos passivos contingentes. Os usuários internos da informação contábil são os que possuem maior conhecimento acerca das atividades da empresa e das expectativas quanto aos eventos da companhia, sendo assim os responsáveis para manter os registros contábeis o mais próximo possível da realidade econômica e financeira da entidade.

2.3 CPC 25

Com a adesão ao padrão internacional de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis buscou convergir as técnicas contábeis brasileira. Na

perspectiva de regulamentar e padronizar as contingências; surgiu então o CPC 25, correlacionado ao IAS 37.

O objetivo deste pronunciamento técnico é estabelecer “critérios de reconhecimento e bases de mensuração apropriados a provisões e a passivos e ativos contingentes”. Também é requerido que as informações em notas explicativas sejam suficientes para que os usuários entendam natureza, oportunidade e valor.

Por meio do item 13, provisões e passivos contingentes são diferenciados. As provisões são reconhecidas no passivo, considerando que possa ser realizada estimativa confiável, porque é uma exigência da entidade e é provável que se tenha egressão de um ou mais benefícios econômicos para quitar obrigação.

Os passivos contingentes, não são considerados passivos, visto que a obrigação da entidade ainda será confirmada, ou porque não há uma provável saída de ativos da empresa, ou ainda, não pode ser realizada estimativa suficiente e confiável do valor desta obrigação. A Figura 1 apresenta as regras para diferenciação entre provisões e passivos contingentes.

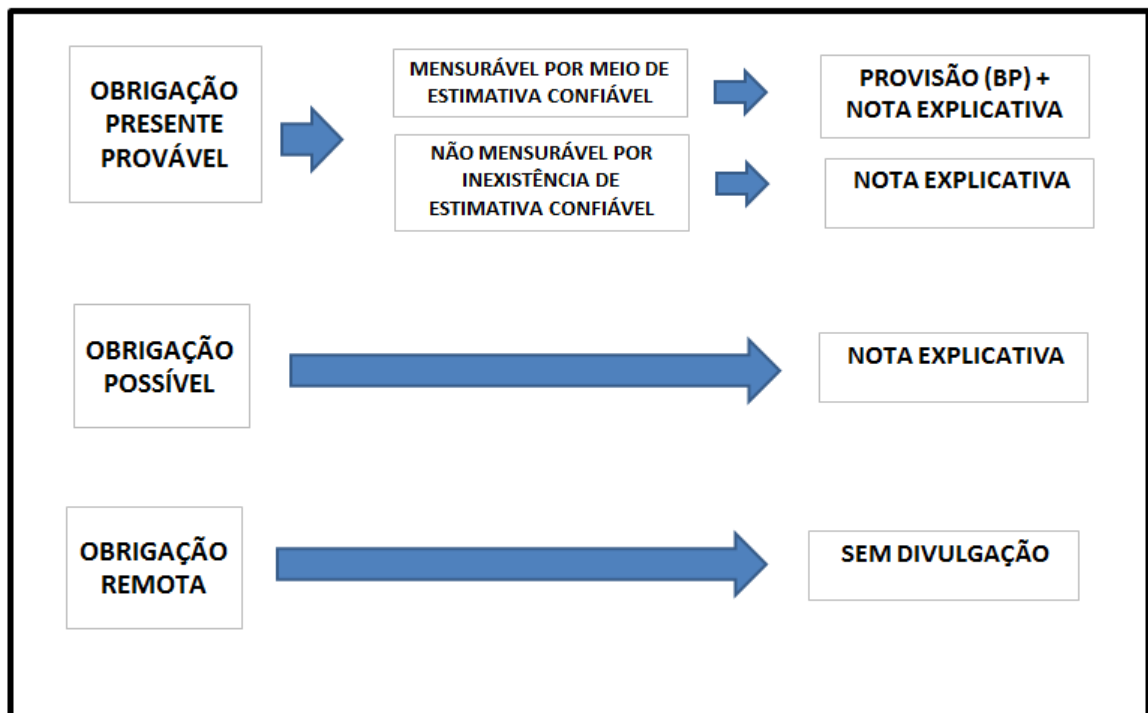


Figura 1 - Critérios na divulgação das contingências quanto à probabilidade

Fonte: CPC 25 (2009) – Adaptado pelo autor.

De acordo com o CPC 25 (2009), as provisões são mensuradas por meio da melhor estimativa de desembolso, isto é, “valor que a entidade racionalmente

pagaria para liquidar a obrigação na data do balanço ou para transferi-la para terceiros”. Determinadas estimativas são realizadas pelo julgamento da administração, com base em operações semelhantes ou por contratação de peritos independentes.

Em situações em que o valor do dinheiro no tempo é material, a provisão deve ser registrada pelo valor que se espera para quitação total da obrigação, ou seja, a quantia que será necessária para liquidar a obrigação por meio das estimativas da empresa.

As provisões devem ser reavaliadas e ajustadas em todos os balanços patrimoniais da entidade, de modo a representar a estimativa presente. Se provado que não há mais necessidade de liquidar a obrigação, a provisão necessita ser revertida.

Conforme o CPC 25 (2009), os desembolsos devem ser realizados somente para baixar as provisões originalmente a eles associadas, de modo a garantir que a representatividade das provisões não seja distorcida. Isto é, as provisões divulgadas se distinguem e elas devem ser baixadas ou revertidas criteriosamente, com intuito de representar a realidade econômica e financeira da empresa.

Nos itens 84 e 85 do CPC 25 (2009) são abordados os critérios que as empresas devem utilizar para divulgar cada classe de provisão. A Figura 2 destaca essas informações.

Item 84. Para cada classe de provisão, a entidade deve divulgar:	
(A.)	o valor contábil no início e no fim do período;
(B.)	provisões adicionais feitas no período, incluindo aumento nas provisões existentes;
(C.)	valores utilizados (ou seja, incorridos e baixados contra a provisão) durante o período;
(D.)	valores não utilizados revertidos durante o período; e
(E.)	aumento durante o período no valor descontado a valor presente proveniente da passagem do tempo e o efeito de qualquer mudança na taxa de desconto.
Item 85. A entidade deve divulgar, para cada classe de provisão:	
(A.)	uma breve descrição da natureza da obrigação e o cronograma esperado de quaisquer saídas de benefícios econômicos resultantes;
(B.)	uma indicação das incertezas sobre o valor ou o cronograma dessas saídas. Sempre que necessário para fornecer informações adequadas, a entidade deve divulgar as principais premissas adotadas em relação a eventos futuros, conforme tratado no item 48; e
(C.)	o valor de qualquer reembolso esperado, declarando o valor de qualquer ativo que tenha sido reconhecido por conta desse reembolso esperado.

Figura 2- Divulgação por classes de provisão

Fonte: CPC 25(2009) - Itens 84 e 85.

A divulgação dos critérios a serem utilizados para evidenciar as informações da entidade vai ao encontro dos objetivos do CPC 25 (2009), uma vez que esse pronunciamento técnico visa fornecer base mensurações apropriadas e critérios para que os usuários da informação compreendam natureza, oportunidade e valor das provisões, passivos e ativos contingentes.

Ao divulgar os passivos contingentes, a menos que a possibilidade de efetivação destes seja remota, a entidade deve confeccionar uma breve descrição da natureza do passivo contingente e quando praticável a estimativa do efeito financeiro; indicação de incertezas de valor ou momento de qualquer saída; possibilidade de qualquer reembolso. (Item 86, CPC 25). A Figura 3 aborda informações referentes aos reembolsos.

Reembolso

São caracterizados em situações nas quais se espera que parte ou todo o desembolso necessário para liquidar a provisão seja reembolsado por outra parte.		
A entidade não tem obrigação em relação à parcela do desembolso a ser reembolsado pela outra parte.	O passivo relativo ao valor que se espera ser reembolsado permanece com a entidade e é praticamente certo que o reembolso será recebido se a entidade liquidar a provisão.	O passivo relativo ao valor que se espera ser reembolsado permanece com a entidade e não é praticamente certo que o reembolso será recebido se a entidade liquidar a provisão.
A entidade não tem passivo em relação ao valor a ser reembolsado (item 57).	O reembolso é reconhecido como ativo separado no balanço patrimonial e pode ser compensado contra a despesa na demonstração de resultados. O valor reconhecido para o reembolso esperado não ultrapassa o passivo (itens 53 e 54).	O reembolso esperado não é reconhecido como ativo (item 53).
Nenhuma divulgação é exigida.	O reembolso é divulgado juntamente com o valor reconhecido para o desembolso (item 85(c)).	O reembolso esperado é divulgado (item 85(c)).

Figura 3 - Tratamento dos Reembolsos

Fonte: CPC 25 (2009)

Conforme o item 53 do CPC 25 (2009), o reembolso deve ser reconhecido quando se espera que o ressarcimento por terceiros, quando se acredita que o reembolso é praticamente certo, o reembolso pode ser registrado como ativo. A estimativa do reembolso deve ser inferior a da provisão.

De acordo com item 92 CPC 25 (2009), na ocorrência de situações “extremamente raras, pode-se esperar que a divulgação de alguma ou de todas informações prejudique seriamente a posição da entidade em uma disputa com outras partes sobre os assuntos da provisão, passivo contingente ou ativo contingente”. Nessas ocasiões, a companhia está dispensada de divulgar as informações, entretanto tem a obrigação de informar a natureza geral da disputa, juntamente com o fato de que as informações não foram divulgadas, com a devida justificativa.

Segundo Costa (2013), a subjetividade da norma não infere nos conceitos de certo ou errado, coerente ou incoerente, ou seja, a administração da empresa não pode aproveitar-se das incertezas das informações para seu benefício. O autor ainda comenta que existem conflitos de interesses relacionados aos problemas de agência e que os auditores independentes são fundamentais na verificação da coerência e da subjetividade utilizada na informação contábil.

Apesar de existirem eventos incertos ou discricionários, a expectativa dos usuários da informação contábil é que as demonstrações financeiras se aproximem o máximo da realidade econômica e financeira da entidade. Deste modo entende-se que o papel da administração da empresa, através dos controles internos é de manter a simetria das informações.

2.4 GOVERNANÇA CORPORATIVA

De acordo o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC, 2016) a Governança Corporativa é o sistema que empresas e demais organizações são administradas, acompanhadas e incentivadas, tal prática proporciona a interação entre todos os usuários da informação contábil (sócios, conselho de administração, órgãos de fiscalização, diretoria e demais partes interessadas). As boas práticas de governança objetivam recomendações e interesses cujas finalidades são aperfeiçoar e preservar o valor das entidades, favorecendo o acesso a recursos e contribui para gestão da organização, bem como a longevidade e o bem de todos os usuários (internos e externos).

Conforme a BM&FBovespa (2016), existem empresas que não seguem princípios de governança corporativa formando a categoria Tradicional ou Básica. As companhias que seguem os níveis de governança são classificadas desta maneira: Nível de Governança Corporativa 1, Nível de Governança Corporativa 2 e Novo Mercado; a respectiva ordem apresenta os níveis de governança corporativa de maneira crescente, isto é o Novo Mercado apresenta mais princípios de governança que o nível de governança corporativa 1, por exemplo.

Segundo Andrade e Rosseti (2006) a governança corporativa aumenta as possibilidades de crescimento econômico de um país. As entidades evoluem na imagem institucional, elevam o valor de suas ações e a liquidez; os investidores recebem informações mais simétricas, reduzindo riscos e as estimativas do preço das ações são mais confiáveis; o mercado de capitais também prospera, uma vez que a governança corporativa contribui na segurança, despertando maior interesse dos investidores.

De modo geral, a Governança Corporativa, visa ligar as partes interessadas das demonstrações financeiras e reduzir a ocorrência de erros ou fraudes. Também

faz parte deste elo a descentralização das decisões das companhias e a participação efetiva na redução dos conflitos de interesses.

2.5 AUDITORIA INDEPENDENTE

Para Lopes e Martins (2007) o auditor independente trabalha com eficácia em situações que as entidades gerenciam resultados e em especial quando a administração possui interesses em superavaliar ativos e lucros. Ao auditar as demonstrações financeiras é necessário conservadorismo, para que a informação fornecida pela empresa seja confiável e que os usuários externos não sejam influenciados por dados distorcidos.

Dentre as empresas que atuam com serviços de auditoria, quatro empresas apresentam destaque em todo mundo, as “*Big Four*”. Composto por PricewaterhouseCoopers, KPMG, Deloitte e Ernst & Young, o grupo das grandes empresas de auditoria possui muita tradição.

Conforme Silva (2010) a auditoria independente realizada nas empresa por uma das “*Big Four*” pode provocar aumentos significativos no interesse de investidores em ações da companhia e uma das consequências é o aumento da visibilidade da empresa no mercado.

Martins *et al.* (2013) destacam que a auditoria independente visa aumentar a transparência nas demonstrações financeiras, isto é, contribui para redução da sonegação de tributária, bem como das corrupções. Colabora ainda para redução da assimetria da informação contábil e auxilia no ingresso de investimentos de dentro ou de fora do país e na competitividade da companhia.

Na visão de que as auditorias independentes visam reduzir a assimetria da informação contábil, verificar os procedimentos no gerenciamento de resultados e assegurar os usuários da informação contábil de que a entidade auditada está em conformidade com as leis brasileiras, a auditoria externa também examina a adequação com o padrão internacional de contabilidade.

Segundo Silva (2010), embora com escândalos de anos anteriores que envolveram informações contábeis e a auditoria independente de grandes empresas de auditoria a nível mundial, as “*Big Four*” ainda são vistas como referência na atividade das auditorias independentes.

Deste modo entende-se que o trabalho realizado por uma empresa de auditoria aumenta a credibilidade da informação pelos motivos de independência política ou financeira, lançamentos contábeis precisos e adequação da contabilidade com as normas internacionais. Para companhia a auditoria torna-se um investimento, pois o valor da entidade está intrinsecamente associado ao valor das ações, que por sua vez apresenta relação direta com a credibilidade passada ao mercado e com a premissa da economia de oferta e procura.

2.6 ESTUDOS SIMILARES

No levantamento de dados dos estudos similares, buscou-se por meio de leituras o tema provisões, passivos e ativos contingentes. A pesquisa por estudos nessa área temática foi realizada nos sítios eletrônicos das instituições de ensino, congressos, publicações em diversos periódicos e livros de contabilidade.

Prado (2014) analisou o comportamento da evidenciação dos riscos potenciais representados pelas informações contidas nas provisões e passivos contingentes. A amostra da pesquisa foram as empresas do setor de energia elétrica e os objetos do estudo foram as demonstrações financeiras dos exercícios de 2002, 2006, 2010 e 2012. O autor concluiu que as empresas tiveram evolução nas divulgações no decorrer dos períodos, houve melhoria na quantidade das informações acerca dos riscos potenciais e os relatórios ganharam mais detalhes no decorrer do tempo.

Costa (2013) pesquisou e realizou uma análise comparativa entre os passivos contingentes das empresas estrangeiras que publicam suas demonstrações na Bolsa de Valores de Nova York. No trabalho foram utilizadas hipóteses de pesquisa que explicam a forma como as contingências foram distribuídas e o seu nível de significância financeira. A verificação do estudo foi que as empresas brasileiras tendem a divulgar mais contingências do que as demais e que a natureza predominante das contingências são as tributárias. Os passivos contingentes foram mais significantes nas empresas do Brasil, Itália e México, respectivamente.

Farias (2004), aborda com objetivo contribuir com os estudos do passivo contingente sobre o seu reconhecimento e divulgação nas demonstrações contábeis. A amostra do estudo foram as 50 “maiores e melhores” do setor Químico

e Petroquímico sediadas no Brasil, que publicaram suas demonstrações no período entre os anos de 1999 e 2003. O resultado foi que grande parte das empresas reconhecem as contingências, sendo que as naturezas mais frequentes são tributárias e trabalhistas e que nem todas as empresas abordam os passivos contingentes em notas explicativas, quando abordados ainda são insuficientes para atender a legislação.

Garcia (2015) estudou a verificação do nível de evidenciação das provisões e dos passivos contingentes de acordo com o CPC 25. Foram selecionadas 10 empresas do setor industrial, pertencentes ao nível de governança Novo Mercado – BM&FBovespa. Verificou-se que as empresas não estão totalmente adequadas com a norma e que o índice médio de evidenciação das provisões foram 63,33% e nos passivos contingentes 70%.

Um estudo similar de Caetano *et al.* (2010), analisou companhias do segmento papel e celulose com intuito de identificar se as normas de contabilidade daquele tempo foram praticadas nas demonstrações contábeis dessas entidades. O período analisado foi entre os anos 2005 e 2008, as conclusões de pesquisa foram que os passivos contingentes mais frequentes são os de natureza trabalhista e tributária e constatou-se a não observância de critérios na avaliação e mensuração das provisões e passivos contingentes. Também se destacou a ausência das probabilidades das contingências e a não divulgação dos valores constituídos, baixados e revertidos.

Fonteles *et al.* (2012), analisa a evidenciação das provisões, considerando as variáveis do setor de atividade, segmento de listagem, tamanho, rentabilidade, endividamento, liquidez e alavancagem financeira. A amostra foi composta por 308 empresas e a análise foi pautada nas notas explicativas referentes ao exercício de 2010. Conclui-se que fatores como setor de atividade, segmento de listagem, tamanho, rentabilidade e liquidez influenciam diretamente na evidenciação das provisões.

Portella *et al.* (2015), verifica a caracterização, contabilização e divulgação das provisões e passivos contingentes nas demonstrações financeiras das empresas sediadas em Santa Catarina, listadas na BM&F Bovespa. A amostra é constituída por 13 empresas e o exercício estudado foi o de 2013. Pode-se inferir que o CPC 25 é substancialmente seguido nas empresas analisadas, entretanto nem todas as observâncias deste pronunciamento foram seguidas.

A área temática das provisões e passivos contingentes foi estudada por diversos autores, a partir das normas de adesão ao padrão internacional de contabilidade verificou-se aumento significativo no número de pesquisas e acredita-se que a assiduidade destes trabalhos seguirá por muito tempo, visto que a ciência contábil estuda o patrimônio e as suas alterações no decorrer dos períodos.

Os principais resultados obtidos nos estudos anteriores foram que as empresas não estão totalmente adequadas às exigências do CPC 25 e a natureza fiscal é a mais frequente nas provisões e passivos contingentes das empresas brasileiras.

Este estudo visa contribuir para que a divulgação das provisões e passivos contingentes seja questionada pelo usuário externo da contabilidade. Com enfoque na análise das demonstrações financeiras padronizadas e notas explicativas, a pesquisa propende prevalecer a essência sobre a forma. O segmento das seguradoras tem papel relevante no país e as evidenciações deste setor podem ser comparadas com as outras atividades do mercado.

3. METODOLOGIA

Conforme Martins e Theópilo (2007), a metodologia objetiva o aprimoramento dos critérios e procedimentos empregados no estudo. Desta forma, “método é o caminho para se chegar a determinado fim ou objetivo”.

Neste capítulo são abordadas informações dos critérios utilizados para formação, verificação dos dados desta pesquisa e análise dos dados.

3.1 ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO

A pesquisa apresenta características, documental, qualitativa, descritiva e conta com levantamento de dados a partir das Demonstrações Financeiras do ano de 2015 publicadas nos sites das companhias que formam a amostra.

Segundo Martins e Theópilo (2007), a pesquisa documental busca levantamento de dados expostos de materiais não editados, como memorandos, avaliações, propostas, relatórios, estudos e outros. O estudo documental pode formar uma base de dados e informações, facilitando a compreensão; também

contribui com evidências coletadas através de outras pesquisas, por meio de triangulações de dados e resultados elevam a confiabilidade do estudo.

De acordo com Beuren, *et al.* (2009), a pesquisa documental é utilizada com certa frequência, principalmente quando a pesquisa visa analisar comportamento de setores específicos da economia, como informações acerca da situação patrimonial econômica e financeira.

Richardson (1999, p.80) aborda que “os estudos que empregam uma metodologia qualitativa podem descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais”.

Conforme Martins e Theópilo (2007), o estudo qualitativo converge as descrições, compreensões e interpretações dos fatos. Para realização da pesquisa qualitativa, é fundamental que o autor tenha contato prolongado e direto com a atmosfera que envolve os fenômenos da pesquisa, por esse modo uma pesquisa qualitativa também é conhecida por pesquisa naturalística.

Conforme Beuren, *et al.* (2009), a análise descritiva fundamenta-se na investigação e preocupa-se na identificação das características do fenômeno. Um estudo descritivo utiliza de técnicas estatísticas para analisar dados e busca fornecer suporte nas inferências do pesquisador.

O caminho seguido por esta pesquisa visou atender os requisitos necessário para o alcance dos objetivos do estudo. Os critérios e características de pesquisas supracitadas foram atendidos, de modo a considerar que o método utilizado nesta pesquisa contribuiu para análise dos dados, resultados e as considerações finais.

3.2 SELEÇÃO DA AMOSTRA

Levando em consideração o objetivo central deste estudo que é analisar as informações contábeis pertinentes as provisões e passivos contingentes divulgadas pelas seguradoras listadas na BM&FBovespa, foi selecionada a amostra desta pesquisa.

A escolha do segmento das seguradoras foi realizada pela relevância que estas empresas apresentam no mercado brasileiro e por esta atividade possuir regulamentação vinculada ao Ministério da Fazenda. A Superintendência dos

Seguros Privados (SUSEP) foi criada pelo Decreto-lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, é responsável pelo controle e fiscalização dos mercados seguros, resseguros, previdência privada aberta e capitalização.

Embora as seguradoras devam seguir o CPC 11 que trata dos contratos de seguros, a contabilização das provisões, ativos e passivos contingentes deve ser realizada conforme as orientações do CPC 25.

A amostra da pesquisa é formada por todas seguradoras listadas na BM&FBovespa que divulgaram suas Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 2015.

A ordem para análise das empresas foi determinada pelo Patrimônio Líquido (PL) de maneira crescente, isto é, do menor PL para o maior. Para Elaboração e Divulgação do Relatório Contábil – Financeiro, o PL resulta da diferença entre Ativos e Passivos e o resultado deve de representar o valor agregado das ações da companhia (CPC – ESTRUTURA CONCEITUAL PARA ELABORAÇÃO E DIVULGAÇÃO DE RELATÓRIO CONTÁBIL-FINANCEIRO, 2011). O Quadro 1 apresenta as empresas que formaram a amostra, o PL, o nível de governança corporativa e as empresas que realizaram auditoria independente.

Quadro 1 - Empresas da Amostra

Empresa	PL 2015 (R\$ Mil)	Nível de Governança BM&F Bovespa	Auditoria em 2015
Companhia de Seguros Aliança da Bahia	R\$ 185.526,00	Tradicional	Audicont Auditores
Companhia de Participações Aliança da Bahia	R\$ 445.631,00	Tradicional	Audicont Auditores
Sul América S.A	R\$ 4.430.871,00	Nível 2	Deloitte
Porto Seguro S.A	R\$ 6.442.533,00	Novo Mercado	Deloitte
BB Seguridade Participações S.A	R\$ 7.580.768,00	Novo Mercado	KPMG

Fonte: Elaborado pelo Autor (2016).

Como se observa no Quadro 1, as empresas são listadas de acordo com seu PL, de maneira crescente. Na sequência os níveis de governança corporativa e as

empresas que auditaram as demonstrações financeiras do exercício de 2015 foram apresentados, essas informações fundamentaram a análise comparativa entre as empresas da amostra.

3.3 PROCEDIMENTOS DE PESQUISA

Para realização da coleta de dados, as informações das empresas contidas na amostra desta pesquisa foram retiradas apenas dos portais de Relacionamento com o Investidor. A fonte dos dados extraídos da amostra foram as Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFPs), notas explicativas e demais informações relevantes extraídas unicamente do sítio eletrônico de cada uma das empresas que formaram a amostra.

Foi elaborado o

Quadro 2 com o propósito de verificar as provisões registradas pelas companhias, embasado pelos critérios estabelecidos pelo CPC 25.

Quadro 2 - Verificação das Provisões

Companhia de Seguros Aliança da Bahia S.A.		Verificação das Provisões		Respostas	
				SIM	NÃO
		Perguntas:			
1	As provisões apresentam valor contábil no início e final do período?				
2	Existem Provisões Adicionais ou Baixas no período?				
3	Existe reversão de valores não utilizados em 2015?				
4	As provisões são destacadas através de sua natureza?(Trabalhista, Cível, etc.).				
5	Existem estimativas do Efeito Financeiro da Provisão?				
6	Existe informação/mensuração de ajustes a valor presente?				
7	As informações de reembolsos são divulgadas?				
8	São divulgadas informações referentes às incertezas da liquidação valor e prazo da provisão?				

Fonte: Elaborado pelo autor com base no CPC 25 (2009).

No

Quadro 2, as respostas verificadas como “SIM” representam a consonância das informações fornecidas com os itens centrais do CPC 25. Já as respostas “NÃO” representam que aquele item não foi divulgado pela entidade ou no período de análise não registraram ocorrências daquela pergunta.

Também foi confeccionado o

Quadro 3 com o intuito de verificar os passivos contingentes destacados em notas explicativas pelas companhias, embasado nos critérios estabelecidos pelo CPC 25 (2009).

Quadro 3 - Verificação dos passivos contingentes.

Companhia de Seguros Aliança da Bahia S.A. Verificação dos Passivos Contingentes		Respostas	
		SIM	NÃO
Perguntas:			
1	Os passivos contingentes são divulgados pela companhia?		
2	Os passivos contingentes são destacados através de sua natureza? (Trabalhista, fiscal, etc.).		
3	São fornecidas informações acerca das incertezas dos passivos contingentes?		
4	Existe mensuração dos possíveis desembolsos com os passivos contingentes?		
5	Existem informações sobre a estimativa de reembolso dos passivos contingentes?		

Fonte: Elaborado pelo autor com base no CPC 25 (2009).

A técnica para verificação das respostas do

Quadro 3 foi a mesma utilizada nas provisões, as respostas verificadas como “SIM” representam a consonância das informações fornecidas com os itens centrais do CPC 25. Já as respostas “NÃO” representam que aquele item não foi divulgado pela entidade ou no período de análise não registraram ocorrências daquela pergunta.

Conforme instrução do CPC 25 (2009), as provisões e passivos contingentes devem ser separados de acordo com a sua natureza. Na análise dos dados de cada empresa foi inserida uma tabela que tem por objetivo verificar a frequência das naturezas de provisões e passivos contingentes, o valor e o percentual que estes eventos representam dentro da sua classificação.

Para que o objetivo central e os objetivos específicos fossem alcançados, foi criado um modelo de Tabela que evidencia o percentual de atendimento das empresas quanto as questões formuladas nesta pesquisa.

As empresas da amostra foram analisadas individualmente e na sequência todo segmento foi analisado em conjunto. Na análise individual, o trabalho realizado pauta-se na Análise das Demonstrações Contábeis de cada empresa da amostra, que somada aos Quadros de Verificação da pesquisa, permitem ao leitor o entendimento acerca da natureza, oportunidade e valor das Provisões e Passivos Contingentes. Na análise das empresas em conjunto, os dados foram comparados de modo a compreender a influência das provisões e passivos contingentes no patrimônio das empresas. Buscou-se também identificar e estabelecer associação entre qualidade da informação contábil com os níveis de governança corporativa e o porte das empresas que realizaram auditoria independente.

Por meio destes resultados, foram criados Gráficos que analisam quais critérios do CPC 25 são realizados pelas empresas. Os Gráficos comparam as empresas entre si, relação do nível de governança corporativa, os atendimentos as questões de pesquisa e a comparação entre as informações das empresas que foram auditadas por uma “*Big Four*” (empresa de auditoria entre as quatro maiores do mundo) com as que foram auditadas por empresas de auditoria menores.

4. APRESENTAÇÃO DOS DADOS E ANÁLISE DOS RESULTADOS

A análise individual dos dados das empresas que formam a amostra foi realizada de acordo com o Patrimônio Líquido (PL), de maneira crescente, isto é, do menor PL para o maior. Na etapa posterior, as evidenciações das demonstrações de cada empresa foram comparadas em conjunto, de modo a destacar suas semelhanças e diferenças, sobretudo a conformidade das divulgações com as exigências do CPC 25.

4.1 ANÁLISE INDIVIDUAL POR EMPRESA

Nesta etapa, o trabalho realizado pauta-se na Análise das Demonstrações Contábeis de cada empresa da amostra, que somada aos Quadros de Verificação da pesquisa, permitem ao leitor o entendimento acerca da natureza, oportunidade e valor das Provisões e Passivos Contingentes. Todas as informações pertinentes as Demonstrações Financeiras da amostra foram extraídas dos sites das respectivas companhias.

4.1.1 Companhia de Seguros Aliança da Bahia S.A.

Segundo a Companhia de Seguros Aliança da Bahia S.A. (2016), a empresa foi constituída em 1870 e tem suas operações nos segmentos de seguros de danos e de pessoas. Nos últimos anos a empresa tem seu trabalho voltado para acidentes pessoais coletivos e vida em grupo, tendo participação no consórcio do Seguro de Danos Pessoais por veículos automotores de vias terrestres – DPVAT.

Para atendimento dos objetivos desta pesquisa e a verificação do cumprimento das determinações do CPC 25, no que tange as provisões, foi elaborado o Quadro 4 que analisa as informações divulgadas pela companhia em suas Demonstrações Financeiras, as perguntas foram formadas a partir das exigências das provisões requeridas pelo pronunciamento contábil.

Quadro 4 - Verificação das provisões Cia de Seguros Aliança da Bahia S.A.

Companhia de Seguros Aliança da Bahia S.A. Verificação das Provisões		Respostas	
		SIM	NÃO
Perguntas:			
1	As provisões apresentam valor contábil no início e final do período?	X	
2	Existem Provisões Adicionais ou Baixas no período?		X
3	Existe reversão de valores não utilizados em 2015?	X	
4	As provisões são destacadas através de sua natureza?(Trabalhista, Cível, etc.).	X	
5	Existem estimativas do Efeito Financeiro da Provisão?	X	
6	Existe informação/mensuração de ajustes a valor presente?		X
7	As informações de reembolsos são divulgadas?		X
8	São divulgadas informações referentes às incertezas da liquidação valor e prazo da provisão?		X

Fonte: Elaborado pelo autor com base no CPC 25 (2009).

Como observado nas respostas ao Quadro 4, a empresa divulgou em suas provisões o valor contábil no início e no final do período, cumprindo com o item 84 do CPC 25.

No item seguinte a empresa não atendeu ao alcance 84 (a,b) do CPC 25, uma vez que não foi fornecido esclarecimento acerca das provisões adicionais ou baixas realizadas no exercício de 2015.

Na sequência; “As provisões devem ser reavaliadas em cada data de balanço e ajustadas para refletir a melhor estimativa corrente. Se já não for mais provável que seja necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos futuros para liquidar a obrigação, a provisão deve ser revertida” (CPC 25 – item 59). A entidade em análise atendeu o pronunciamento técnico neste aspecto.

A Companhia de Seguros Aliança da Bahia acatou a orientação técnica do CPC 25 ao divulgar a natureza da obrigação e o cronograma esperado para desembolso referente as provisões registradas em seu BP.

Ao divulgar as estimativas do efeito financeiro das provisões, a Companhia de Seguros Aliança da Bahia seguiu a orientação do item 38 do CPC 25, utilizando como base as transações semelhantes já ocorridas.

Nas notas explicativas, parte integrante das Demonstrações Contábeis, não há informações ou mensurações de Ajuste a Valor Presente referente aos Passivos Contingentes e Provisões.

Quanto a pergunta 7, a companhia não mencionou informações referentes aos possíveis reembolsos por terceiros.

Por fim, a companhia desta análise não registrou em seus relatórios informações referentes à dubiedade da liquidação, valor e prazo da provisão. A empresa apenas divulga que suas contingências são analisadas por advogados especialistas, sem registrar procedimentos, jurisprudências ou dados destes documentos acerca deste trabalho.

Para verificar a conformidade dos Passivos Contingentes com o CPC 25 – IAS 37, foi elaborado Quadro 5 que através de suas perguntas apresenta as informações mais relevantes deste pronunciamento técnico.

Quadro 5 - Verificação dos passivos contingentes Cia de Seguros Aliança da Bahia S.A.

Companhia de Seguros Aliança da Bahia S.A. Verificação dos Passivos Contingentes		Respostas	
		SIM	NÃO
Perguntas:			
1	Os passivos contingentes são divulgados pela companhia?	X	
2	Os passivos contingentes são destacados através de sua natureza? (Trabalhista, fiscal, etc.).	X	
3	São fornecidas informações acerca das incertezas dos passivos contingentes?		X
4	Existe mensuração dos possíveis desembolsos com os passivos contingentes?	X	
5	Existem informações sobre a estimativa de reembolso dos passivos contingentes?		X

Fonte: Elaborado pelo autor com base no CPC 25.

Conforme verificado nas respostas ao Quadro 5, a companhia atendeu parcialmente os requisitos do CPC 25.

“A menos que seja remota a possibilidade de ocorrer qualquer desembolso na liquidação, a entidade deve divulgar, para cada classe de passivo contingente na data do balanço, uma breve descrição da natureza do passivo contingente” (Item 86 do CPC 25, 2009). Com intuito de seguir a norma, a Companhia de Seguros Aliança da Bahia S.A divulgou tal informação. No Quadro 5, as perguntas 1 e 2 foram assinaladas na alternativa “sim”.

Assim como nas provisões, a discricionariedade dos passivos contingentes não é divulgada, existem registros das possíveis saídas de caixa, porém não há informações suficientes para que o leitor possa inferir sobre as estimativas e quais critérios que são utilizados para formação destas. A mensuração está presente no relatório dos passivos contingentes, trazendo apenas números, sem maiores informações do processo e quais critérios adotados para evidenciação desta informação.

Por fim, não há registro de possíveis reembolsos, semelhante ao critério utilizado nas provisões desta empresa. A Tabela 1 apresenta a classificação das Provisões e Passivos Contingentes de acordo com as naturezas.

Tabela 1 - Natureza dos Passivos Contingentes e Provisões Cia de Seguros Aliança da Bahia S.A.
(em milhares reais)

Natureza do Passivo Contingente / Provisão	Passivo Contingente (NE)		Provisões (BP)	
	Valor	%	Valor	%
Ambiental	-	-	-	-
Cíveis	-	-	-	-
Fiscais	4.018,00	92,62%	58.402,00	100,000%
Garantias	-	-	-	-
Reestruturação	-	-	-	-
Trabalhistas	-	-	-	-
Outros	320,00	7,38%	-	-
TOTAL	4.338,00	100%	58.402,00	100%

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da pesquisa (2016).

A Tabela 1 apresenta a classificação das Provisões e Passivos Contingentes por natureza e a sua representatividade em sua categoria. Destaque para a natureza fiscal que representa a maior ocorrência nos passivos contingentes (92,63%) e 100% das provisões.

4.1.2 Companhia de Participações Aliança da Bahia S.A.

Conforme a Companhia de Participações Aliança da Bahia S.A. (2016) a empresa teve como seu marco inicial a cisão parcial da Companhia de Seguros

Aliança da Bahia S.A., no mês de maio de 1997. A empresa tem por objeto de sua atividade a realização de contratos de seguros e a administração de bens próprios.

Para atendimento dos objetivos desta pesquisa e a verificação do cumprimento das determinações do CPC 25, no que tange as provisões, foi elaborado o Quadro de Verificação 6 que analisa as informações divulgadas pela companhia em suas Demonstrações Financeiras.

Quadro 6 - Verificação das provisões Cia de Participações Aliança da Bahia S.A.

Companhia de Participações Aliança da Bahia S.A. Verificação das Provisões		Respostas	
		SIM	NÃO
Perguntas:		SIM	NÃO
1	As provisões apresentam valor contábil no início e final do período?	X	
2	Existem Provisões Adicionais ou Baixas no período?		X
3	Existe reversão de valores não utilizados em 2015?	X	
4	As provisões são destacadas através de sua natureza?(Trabalhista, Cível, etc.).	X	
5	Existem estimativas do Efeito Financeiro da Provisão?	X	
6	Existe informação/mensuração de ajustes a valor presente?		X
7	As informações de reembolsos são divulgadas?		X
8	São divulgadas informações referentes as incertezas da liquidação, valor e prazo da provisão?		X

Fonte: Elaborado pelo autor com base no CPC 25 (2009).

O preenchimento do Quadro 6 foi realizado de acordo com as informações contidas nas Demonstrações Financeiras Padronizadas e notas explicativas do exercício de 2015 da companhia.

As provisões apresentadas pela entidade apresentam saldo inicial e final, em conformidade com o item 84. (a) do CPC 25. Para cada classe de provisão o correto é que informações como provisões adicionais realizadas no período, incluindo aumento em provisões; valores baixados contra a provisão no transcorrer dos períodos. (CPC 25, item 84). O tratamento adotado pela empresa, nesse aspecto não atende a questão 2, visto que não existe informação de baixas ou de provisão adicional nas DC's de 2015.

“As provisões devem ser reavaliadas em cada data de balanço e reajustadas para refletir a melhor estimativa corrente. Se já não for mais provável que seja

necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos futuros para liquidar a obrigação, a provisão deve ser revertida”. (Item 59 – CPC 25, 2009). Nesse aspecto as demonstrações estão de acordo com regulamento. Por meio da Nota Explicativa 31 a companhia justifica a reavaliação de provisões em processos cíveis e trabalhistas cujos valores provisionados no encerramento de 2014 não representam a situação da empresa no final do exercício de 2015.

Em conformidade com o item 85 (a), a companhia apresentou descrições da natureza das provisões e as respectivas estimativas de saídas dos benefícios econômicos, neste sentido contribuiu para evidenciação dos efeitos financeiros das provisões em questão.

A companhia não apresenta em seus registros qualquer tipo informação ou mensuração de ajuste a valor presente na parte das contingências, deste modo não atendeu as requisições da questão 6.

Informações de possíveis reembolsos por outras entidades não são registradas, configurando assim outro aspecto carente nas demonstrações contábeis da companhia.

Na divulgação das demonstrações financeiras da Companhia de Participações Aliança da Bahia S.A. não há registros precisos referentes à mensuração, prazo e os critérios para interpretação dos dados. Têm-se informações que no discorrer dos relatórios que essas estimativas são realizadas apenas por advogados, sem apresentar quaisquer tipos de complementos.

A etapa seguinte, através do Quadro 7, tem por objetivo verificar as divulgações da companhia e apontar os aspectos considerados e não considerados, em relação ao tratamento dos Passivos Contingentes como determina o CPC 25.

Quadro 7 - Verificação dos passivos contingentes Cia de Participações Aliança da Bahia S.A.

Companhia de Participações Aliança da Bahia S.A. Verificação dos Passivos Contingentes		Respostas	
		SIM	NÃO
Perguntas:			
1	Os passivos contingentes são divulgados pela companhia?	X	
2	Os passivos contingentes são destacados através de sua natureza? (Trabalhista, fiscal, etc.).	X	
3	São fornecidas informações acerca das incertezas dos passivos contingentes?		X
4	Existe mensuração dos possíveis desembolsos com os passivos contingentes?	X	
5	Existem informações sobre a estimativa de reembolso dos passivos contingentes?		X

Fonte: Elaborado pelo autor com base no CPC 25 (2009).

Ao analisar o Quadro 7 pode-se verificar a adequação das informações fornecidas pela empresa com as obrigadoriedades do CPC 25. Em resposta a questão 1, é possível observar através das notas explicativas que os passivos contingentes são divulgados pela empresa.

Conforme o alcance 86 do CPC 25, a entidade deve divulgar, para cada classe passivo contingente, descrição da natureza do passivo contingente. Com intuito de atender o pronunciamento, a entidade destacou e descreveu informações sobre os passivos contingentes.

A entidade em estudo apresentou estimativas do efeito financeiro dos passivos contingentes, entretanto não forneceu informações suficientes relacionadas aos critérios adotados para interpretação e julgamento dos passivos contingentes elencados em suas notas explicativas. Deste modo, as respostas para as questões 3 e 4 foram respectivamente não e sim.

A questão número 5 obteve não como resposta, vez que a empresa não divulgou qualquer tipo de informação referente aos possíveis reembolsos dos seus passivos contingentes, sejam eles total ou parcial.

Tabela 2 - Natureza Passivos Contingentes e Provisões Cia de Participações Aliança da Bahia S.A.
(em milhares reais)

Natureza do Passivo Contingente / Provisão	Passivo Contingente (NE)		Provisões (BP)	
	Valor	%	Valor	%
Ambiental	-	-	-	-
Cíveis	-	-	55.759,00	77,34%
Fiscais	18.000,00	100%	12.444,00	17,26%
Garantias	-	-	-	-
Reestruturação	-	-	-	-
Trabalhistas	-	-	-	-
Outros	-	-	3.890	-
TOTAL	18.000	100%	72.093,00	100%

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da pesquisa (2016).

Para encerrar esta análise individual, a Tabela 2 destaca a natureza das Provisões e Passivos Contingentes e as respectivas representatividades de cada item. Destaque para a natureza Fiscal que representa o total dos passivos contingentes (100%) e para natureza cível que representa 77,34% do total das provisões.

4.1.3 Sul América S.A.

Segundo a Sul América S.A.(2016) a empresa foi fundada em 1895 como uma companhia de seguro de vida no Brasil, atua nos ramos de seguro saúde e odontológico, automóveis e outros ramos elementares. A companhia atua ainda nos segmentos de seguro de vida e acidentes pessoais, gestão de ativos, produtos de capitalização e previdência privada.

Para atendimento dos objetivos desta pesquisa e a verificação do cumprimento das determinações do CPC 25, no que tange as provisões, foi elaborado o Quadro de Verificação 8 que analisa as informações divulgadas pela companhia em suas Demonstrações Financeiras Padronizadas e em notas explicativas referentes ao ano de 2015.

Quadro 8 - Verificação das provisões Sul América S.A.

Sul América S.A. Verificação das Provisões		Respostas	
Perguntas:		SIM	NÃO
1	As provisões apresentam valor contábil no início e final do período?	X	
2	Existem Provisões Adicionais ou Baixas no período?	X	
3	Existe reversão de valores não utilizados em 2015?	X	
4	As provisões são destacadas através de sua natureza?(Trabalhista, Cível, etc.).	X	
5	Existem estimativas do Efeito Financeiro da Provisão?	X	
6	Existe informação/mensuração de ajustes a valor presente?	X	
7	As informações de reembolsos são divulgadas?		X
8	São divulgadas informações referentes as incertezas da liquidação, valor e prazo da provisão?	X	

Fonte: Elaborado pelo autor com base no CPC 25 (2009).

As demonstrações financeiras da Sul América S.A. apresentaram para cada classe de provisão o valor contábil no início e fim do período, conforme orienta o alcance 84 (a) do CPC 25. Na questão seguinte, a companhia registrou informações referentes provisões adicionais e baixas no período, conforme ilustra a Figura 4.

Figura 4 - Informações da companhia Sul América S.A.

(46) . Em janeiro de 2014, foi revertida a baixa de contingências no montante de R\$1.998 relacionadas a estes processos. Adicionalmente, até o fim do ano de 2014, foi revertida a atualização monetária relacionada à estas contingências no montante de R\$14.920 (sendo R\$9.797 em 2014 e R\$5.123 em 2013), reconhecidas no resultado do exercício;

Descrição	Item	31/12/2014	01/01/2014
Baixa de contingências	(46)	(90.910)	(90.910)
Baixa em janeiro de 2014	(46)	1.998	-
Baixa de atualização monetária	(46)	(14.920)	(5.123)
Total		(103.832)	(96.033)

Fonte: Notas Explicativas do exercício 2015 – Sul América S.A.

Em conformidade com as exigências da norma internacional de contabilidade, a empresa divulgou em notas explicativas as informações associadas aos valores não utilizados e revertidos durante o período.

Conforme a Figura 5, Fragmento BP da Sul América S.A., 2015, a questão 4 – natureza das provisões – foi assinalada na alternativa “sim”.

Figura 5 - Fragmento BP Sul América S.A.

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2015	Penúltimo Exercício 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 31/12/2013
2.01.06	Provisões	5.964.627	5.676.592	5.111.220
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	93.909	86.470	93.645
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	8.039	9.665	7.135
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis	85.870	76.805	86.510
2.01.06.02	Outras Provisões	5.870.718	5.590.122	5.017.575

Fonte: BP 2015 – Sul América S.A.

Para atender as estimativas do efeito do financeiro da provisão, a entidade seguiu as orientações do alcance 38 do CPC 25: “As estimativas do desfecho e do efeito financeiro são determinados pelo julgamento da administração da entidade, complementados pela experiência de transações semelhantes e, em alguns casos, por relatórios de peritos independentes”.

De acordo com as exigências do item 60 do CPC 25, a Sul América S.A. realizou descontos a valor presente, reduzindo assim o valor contábil das provisões de modo a refletir a passagem do tempo.

Nas demonstrações financeiras da entidade, não é mencionado os valores para reembolso. Conforme o item 53 do CPC 25 (2009), o reembolso deve ser reconhecido quando se espera que o ressarcimento por terceiros, quando se acredita que o reembolso é praticamente certo, o reembolso pode ser registrado como ativo. A estimativa do reembolso deve ser inferior ao valor da provisão.

Por fim, a discricionariedade das provisões e passivos contingentes é mensurada com base em eventos anteriores, parecer dos advogados e peritos independentes.

Na sequência é apresentado o Quadro 9 referente aos Passivos Contingentes com finalidade de analisar as informações das Demonstrações Contábeis de 2015 e examinar a adesão ao CPC 25.

Quadro 9 - Passivos contingentes Sul América S.A.

Sul América S.A.		Respostas	
Verificação dos Passivos Contingentes			
Perguntas:		SIM	NÃO
1	Os passivos contingentes são divulgados pela companhia?	X	
2	Os passivos contingentes são destacados através de sua natureza? (Trabalhista, fiscal, etc.).	X	
3	São fornecidas informações acerca das incertezas dos passivos contingentes?		X
4	Existe mensuração dos possíveis desembolsos com os passivos contingentes?	X	
5	Existem informações sobre a estimativa de reembolso dos passivos contingentes?		X

Fonte: Elaborado pelo autor com base no CPC 25 (2009).

De acordo com o CPC 25, a empresa é orientada a divulgar os passivos contingentes, exceto quando a chance de ocorrência do evento seja remota. Nas notas explicativas da companhia em estudo há registro dos passivos contingentes, bem como as suas naturezas.

Referente a questão 3, a companhia divulgou os seus passivos contingentes, entretanto não há informações que permitam o usuário da contabilidade interpretar as incertezas relacionadas ao momento de ocorrência de qualquer saída. (item 86b, CPC 25 (2009)).

A mensuração dos possíveis desembolsos é realizada pela empresa por meio de estimativas relacionadas a eventos anteriores, atendendo neste sentido a regulamentação. Semelhante as provisões, a pergunta 5 apresentou resposta negativa, tendo em vista que nenhum valor de reembolso foi divulgado pela companhia, os reembolsos tratam dos valores que se espera o ressarcimento por terceiros e a probabilidade de ocorrência deste evento é que determina se o reembolso pode ser registrado no ativo da companhia.

A Tabela 3 apresenta a natureza das provisões e passivos contingentes, bem como a representatividade destes em sua categoria.

Tabela 3 - Natureza dos Passivos Contingentes e Provisões Sul América S.A. (em milhares de reais)

Natureza do Passivo Contingente / Provisão	Passivo Contingente (NE)		Provisões (BP)	
	Valor	%	Valor	%
Ambiental	-	-	-	-
Cíveis	103,065	5,86%	85.870,00	91,44%
Fiscais	1.619,92	92,05%	-	-
Garantias	-	-	-	-
Reestruturação	-	-	-	-
Trabalhistas	36,886	2,09%	8.039,00	8,56%
Outros	-	-	-	-
TOTAL	1.750,456	100%	93.909,00	100%

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da pesquisa (2016).

Ao analisar a Tabela 3 verifica-se que o montante das provisões é significativamente maior que os passivos contingentes. Passivos contingentes fiscais (92,05%) e provisões cíveis (91,44%) representam a maior parcela da classificação por natureza em suas categorias.

4.1.4 Porto Seguro S.A.

Segundo a Porto Seguro S.A. (2016), a companhia iniciou as atividades em 1945, quando começou a vender seguros na cidade de São Paulo, atualmente a empresa é a 4º maior companhia seguradora do Brasil e líder no segmento de automóvel e residência e conta com aproximadamente 10 milhões de clientes nas diversas linhas de negócios.

Para atendimento dos objetivos desta pesquisa e a verificação do cumprimento das determinações do CPC 25, no que tange as provisões, foi elaborado um Quadro de Verificação 10 que analisa as informações divulgadas pela companhia em suas Demonstrações Financeiras.

Quadro 10 - Verificação das provisões Porto Seguro S.A.

Porto Seguro S.A. Verificação das Provisões		Respostas	
Perguntas:		SIM	NÃO
1	As provisões apresentam valor contábil no início e final do período?	X	
2	Existem Provisões Adicionais ou Baixas no período?	X	
3	Existe reversão de valores não utilizados em 2015?	X	
4	As provisões são destacadas através de sua natureza?(Trabalhista, Cível, etc.).	X	
5	Existem estimativas do Efeito Financeiro da Provisão?	X	
6	Existe informação/mensuração de ajustes a valor presente?	X	
7	As informações de reembolsos são divulgadas?		X
8	São divulgadas informações referentes as incertezas da liquidação, valor e prazo da provisão?	X	

Fonte: Elaborado pelo autor com base no CPC 25 (2009).

Com intuito de atender aos padrões internacionais de contabilidade, especificamente o item 84(a) do CPC 25, a companhia Porto Seguro apresentou as provisões em suas demonstrações com a variação dos saldos entre o início e o fim de 2015. A Figura 6 ilustra uma das notas explicativas da companhia.

DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas - 31/12/2015 - PORTO SEGURO SA
Porto Seguro S.A. e Controladas
Notas Explicativas



	Controladora		Consolidado	
	Dezembro de 2015	Dezembro de 2014	Dezembro de 2015	Dezembro de 2014
Obrigações legais				
PIS (i)	14.237	13.307	558.157	513.917
Processos judiciais com adesão ao REFIS (ii)	-	-	472.127	483.859
COFINS (iii)	66.295	61.960	213.465	197.811
PAT (iv)	-	-	-	17.755
Outros	-	-	36.695	27.852
Total	80.532	75.267	1.280.444	1.241.194
Depósitos judiciais	(80.532)	(75.267)	(1.242.215)	(1.193.538)
Provisão líquida	-	-	38.229	47.656

Figura 6 - NE Porto Seguro S.A.

Fonte: Notas Explicativas Porto Seguro – 2015 (Provisão para processos fiscais/previdenciários).

Na questão 2, a entidade acolheu o pronunciamento técnico, cumprindo os itens 84(b, c), do CPC 25. Isto quer dizer, houve divulgação das provisões adicionais feitas no período e ocorreu aumento em partes das provisões já existentes, e, valores incorridos durante o exercício foram baixados contra a provisão durante o período.

Na sequência, a Porto Seguro S.A atendeu a questão 3, no ano de 2015 foram realizadas reversões nas naturezas Fiscais, Trabalhistas e Cíveis. Essas medidas visam assegurar que a informação contábil reproduzida seja íntegra e tempestiva. A natureza das provisões também é destacada pela companhia, como observado na Figura 7.

(Reais Mil)			
Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2015	Penúltimo Exercício 31/12/2014
2.02.04	Provisões	72.647	97.554
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	72.647	97.554
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	38.229	47.856
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	8.807	14.367
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	25.611	35.531

Figura 7- BP Porto Seguro S.A.

Fonte: BP Consolidado Porto Seguro S.A (2015).

Referente ao Efeito Financeiro das Provisões, a Porto Seguro S.A apresenta os resultados pautados no item 38 (CPC 25 – IAS37), isto é, são determinados pelo julgamento da administração da empresa, fundamentado em acontecimentos anteriores, estimativa de advogados ou parecer peritos independentes.

Em com item 60 do CPC 25, a Porto Seguro S.A. realizou descontos a valor presente, reduzindo assim o valor contábil das provisões. Esta exigência do pronunciamento técnico visa aproximar a informação divulgada pela empresa com a sua realidade econômica e financeira, de modo a refletir a passagem do tempo.

Em resposta a questão 7, a entidade em análise não divulgou informações referentes aos possíveis reembolsos que possam ser realizados por terceiros. Por fim, a discricionariedade das provisões é mensurada com base em eventos anteriores, parecer dos advogados e peritos independentes. Informações das

liquidações como estimativas de prazo e valor também são destacadas pela companhia.

Em seguida é exposto o Quadro 11 referente aos Passivos Contingentes com escopo de analisar as informações das Demonstrações Contábeis de 2015 e examinar a aderência ao IAS 37, que no Brasil é tratado através do CPC 25.

Quadro 11 - Passivos contingentes Porto Seguro S.A.

Porto Seguro S.A.		Respostas	
Verificação dos Passivos Contingentes			
Perguntas:		SIM	NÃO
1	Os passivos contingentes são divulgados pela companhia?	X	
2	Os passivos contingentes são destacados através de sua natureza? (Trabalhista, fiscal, etc.).	X	
3	São fornecidas informações acerca das incertezas dos passivos contingentes?	X	
4	Existe mensuração dos possíveis desembolsos com os passivos contingentes?	X	
5	Existem informações sobre a estimativa de reembolso dos passivos contingentes?		X

Fonte: Elaborado pelo autor com base no CPC 25 (2009).

Em conformidade com o pronunciamento contábil, os passivos contingentes da companhia em estudo são divulgados nas notas explicativas e são separados por classes. A Figura 8 ilustra um fragmento de nota explicativa divulgada pela companhia.

(c) Provisão para processos e contingências trabalhistas

Adicionalmente às provisões registradas existem passivos contingentes no montante de R\$ 10.248 (R\$ 12.359 em dezembro de 2014) para os quais, com base na avaliação dos advogados da Companhia, as perdas são consideradas possíveis e não há constituição de provisão. Apesar das incertezas envolvidas na determinação dessas obrigações, a Administração não espera que haja efeitos significativos no resultado da Companhia pelo desfecho destas ações.

Figura 8 - NE 19 Porto Seguro S.A.

Fonte: Nota Explicativa nº 19 – Porto Seguro S.A. – Ref. Ano calendário 2015.

Como é verificado na Figura 8, existe o registro de um passivo contingente, a sua natureza apresentada é trabalhista e a informação divulgada é suficiente para atender a pergunta 2 e traz informações sobre a probabilidade e a mudança das estimativas entre os períodos.

A fim de registrar a verdadeira situação da empresa em determinado momento, são fornecidas estimativas da administração da Porto Seguro S.A no que tange as incertezas na realização dos passivos contingentes. Parecer de advogados, auditores e a experiência em anos anteriores norteiam nas divulgações.

Consonante ao alcance 86(a) do CPC 25 existe mensuração dos passivos contingentes da companhia. A Figura 8 ilustra a quantificação prevista do passivo contingente. Idêntico as provisões realizadas pela Porto Seguro S.A, não há menção aos possíveis reembolsos que possam ocorrer nos próximos exercícios.

Na Tabela 4 foi realizada a classificação por natureza das Provisões e Passivos Contingentes.

Tabela 4 - Natureza dos Passivos Contingentes e Provisões Porto Seguro S.A. (em milhares de reais)

Natureza do Passivo Contingente / Provisão	Passivo Contingente (NE)		Provisões (BP)	
	Valor	%	Valor	%
Ambiental	-	-	-	-
Cíveis	56.655,00	17,52%	25.611,00	35,26%
Fiscais	256.377,00	79,31%	38.229,00	52,62%
Garantias	-	-	-	-
Reestruturação	-	-	-	-
Trabalhistas	10.248,00	3,17%	8.807,00	12,12%
Outros	-	-	-	-
TOTAL	323.280,00	100%	72.647,00	100%

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da pesquisa (2016).

Acerca da natureza de provisões e passivos contingentes a que apresenta percentual maior é a fiscal, na sequência cível e trabalhista. Outro ponto de destaque é a mensuração dos passivos contingentes divulgados pela empresa, 4,5 vezes maior que as provisões, acredita-se que para estes eventos não existe estimativa confiável para mensuração ou a probabilidade desses eventos sejam geralmente possíveis e em situações menos frequentes prováveis.

4.1.5 BB Seguridade Participações S.A.

Conforme a BB Seguridade Participações S.A. (2016) a empresa foi fundada em 2008 é uma empresa controlada pelo Banco do Brasil S.A que centraliza os negócios de seguros, previdência aberta e capitalização.

Para acolher os objetivos deste trabalho e a verificação do cumprimento das determinações do CPC 25, especificamente nas provisões, foi elaborado o Quadro 12 que analisa as informações divulgadas pela companhia nas Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 2015.

Quadro 12 - Verificação das provisões BB Seguridade Participações S.A.

BB Seguridade Participações S.A. Verificação das Provisões		Respostas	
		SIM	NÃO
Perguntas			
1	As provisões apresentam valor contábil no início e final do período?	X	
2	Existem Provisões Adicionais ou Baixas no período?	X	
3	Existe reversão de valores não utilizados em 2015?	X	
4	As provisões são destacadas através de sua natureza?(Trabalhista, Cível, etc.).	X	
5	Existem estimativas do Efeito Financeiro da Provisão?	X	
6	Existe informação/mensuração de ajustes a valor presente?	X	
7	As informações de reembolsos são divulgadas?		X
8	São divulgadas informações referentes as incertezas da liquidação, valor e prazo da provisão?	X	

Fonte: Elaborado pelo autor com base no CPC 25 (2009).

Conforme orienta o pronunciamento técnico 25, por meio do item 84 (a), (b) e (c), a entidade deve divulgar o valor contábil das provisões no início e no final do período; provisões adicionais realizadas no período da demonstração e baixas dos valores utilizados contra a provisão. Orientada pelas normas internacionais de contabilidade e de acordo com os requerimentos legais, a companhia obteve o sim como resposta ao Quadro 12 nos itens 1 e 2. O trecho da nota explicativa, Figura 9 ilustra o tratamento realizado pela empresa.

	Exercício/2015	Exercício/2014
Demandas Fiscais		
Saldo inicial	2.948	2.767
Constituição	579	379
Reversão de provisão ⁽³⁾	(3.236)	–
Baixa	–	(198)
Saldo final	291	2.948
Demandas Cíveis		
Saldo inicial	11.609	5.870
Constituição	4.454	7.954
Reversão de provisão	(2.799)	(1.279)
Baixa	(2.653)	(936)
Saldo final	10.611	11.609
Total	10.902	14.557

Figura 9 - NE 16 Provisão BB Seguridade S.A.

Fonte: Nota Explicativa 16 – Provisão para demandas fiscais e cíveis BB Seguridade S.A (2015).

A companhia realizou reversão dos valores das provisões não utilizados durante o período. A parte extraída da nota explicativa 16 permite a visualização das reversões realizadas pela entidade, na Figura 9 as reversões fiscais ocorreram somente no exercício de 2015, as cíveis apresentaram reversão da provisão nos dois períodos.

“A entidade deve divulgar, para cada classe de provisão uma breve descrição da natureza da obrigação e o cronograma esperado de quaisquer saídas de benefícios econômicos resultantes”. (CPC 25, item 85(a)). A BB Seguridade atendeu tal requisição, portanto a questão 4 do Quadro 12 obteve como resposta “sim”.

Por meio do julgamento da administração da empresa, complementado pela experiência em eventos anteriores, em casos específicos o parecer de peritos, a empresa analisada evidencia os efeitos financeiros que as provisões podem acarretar em seu patrimônio.

De acordo com a instrução do item 60 do CPC 25, a entidade em análise realizou descontos a valor presente, aumentando assim o valor contábil das provisões de modo a refletir a passagem do tempo.

Semelhante as demais empresas desta pesquisa, não há qualquer tipo de menção, nas demonstrações contábeis e demais partes integrantes, quanto a informação de reembolso por parte de terceiros.

De modo a destacar o tratamento das incertezas por parte da companhia, a Figura 10 mostra uma pequena parte dos critérios utilizados nas notas explicativas.

Fluxos estimados de saída de benefícios econômicos

	R\$ mil		
	Fiscais	Cíveis	
Até 5 anos	156	8.641	Dado o cenário de incertezas de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, os fluxos de saída de benefícios econômicos têm sido estimados com base nas melhores informações disponíveis.
De 5 a 10 anos	102	1.924	
Acima de 10 anos	33	46	
Total	291	10.611	

Figura 10 - NE 16 BB Seguridade S.A.

Fonte: Nota Explicativa nº 16 – BB Seguridade Participações S.A. (2015)

Em seguida é apresentado o Quadro 13 com a verificação dos Passivos Contingentes, com finalidade de analisar a evidenciação da empresa em relação aos passivos contingentes.

Quadro 13 - Verificação dos passivos contingentes BB Seguridade S.A.

BB Seguridade Participações S.A. Verificação dos Passivos Contingentes		Respostas	
		SIM	NÃO
Perguntas:			
1	Os passivos contingentes são divulgados pela companhia?	X	
2	Os passivos contingentes são destacados através de sua natureza? (Trabalhista, fiscal, etc.).	X	
3	São fornecidas informações acerca das incertezas dos passivos contingentes?	X	
4	Existe mensuração dos possíveis desembolsos com os passivos contingentes?	X	
5	Existem informações sobre a estimativa de reembolso dos passivos contingentes?		X

Fonte: Elaborado pelo autor com base no CPC 25 (2009).

Os passivos contingentes são divulgados pela companhia de acordo com o alcance 86, contendo classes e uma breve descrição da natureza do passivo contingente. (CPC 25). A Figura 11 evidencia a adesão as exigências de contabilidade adotada pela empresa.

Saldos dos passivos contingentes classificados como possíveis		
	R\$ mil	
	Consolidado	
	31.12.2015	31.12.2014
Demandas trabalhistas	–	–
Demandas fiscais	9.327	5.982
Demandas cíveis	3.555	4.308
Total	12.882	10.290

Figura 11 - NE 16 BB Seguridade S.A

Fonte: Nota Explicativa 16 BB Seguridade S.A

As incertezas na realização dos passivos contingentes são abordadas pela companhia em nota explicativa. De acordo com o CPC 25 (2009) as incertezas dos passivos contingentes devem estar associadas ao valor ou momento da liquidação.

A mensuração dos possíveis desembolsos com os passivos contingentes pode ser verificada no Quadro 13. Informações dos critérios utilizados e as incertezas também estão contidas nas notas explicativas do exercício de 2015.

Assim como nas provisões desta e demais empresas da amostra, os passivos contingentes não apresentam informações nas demonstrações contábeis referente à probabilidade e montante dos reembolsos. A tabela 5 apresenta a classificação da natureza dos passivos contingentes e provisões.

Tabela 5 - Natureza dos Passivos Contingentes e Provisões BB Seguridade S.A.
(em milhares de reais)

Natureza do Passivo Contingente / Provisão	Passivo Contingente (NE)		Provisões (BP)	
	Valor	%	Valor	%
Ambiental	-	-	-	-
Cíveis	3.555,00	27,60%	10.611,00	97,33%
Fiscais	9.327,00	72,40%	291,00	2,67%
Garantias	-	-	-	-
Reestruturação	-	-	-	-
Trabalhistas	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
TOTAL	12.882,00	100%	10.902,00	100%

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da pesquisa (2016).

Em análise a Tabela 5, acerca da natureza de provisões a que apresenta percentual maior é a cível (97,33%), na sequência fiscal (2,67%). Nos passivos contingentes a situação se inverte 72,40% (Fiscal) e 27,60% (Cível).

4.2 ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE AS EMPRESAS

Nesta etapa foram comparados os dados das empresas da amostra de modo a compreender a influência das provisões e passivos contingentes no patrimônio das empresas. Buscou-se também identificar e estabelecer associação entre qualidade da informação contábil com os níveis de governança corporativa e o porte das empresas que realizaram auditoria independente.

4.2.1 Análise Conjunta dos Dados

Para verificar a conformidade das empresas com as exigências do CPC 25 foi elaborada a Tabela 6 que destaca o percentual das respostas obtidas através das perguntas das provisões deste estudo.

Tabela 6 - Percentual das respostas perguntas de pesquisa - Provisões

Percentual das Respostas Perguntas de Pesquisa		Respostas			
		SIM	%	NÃO	%
1	As provisões apresentam valor contábil no início e final do período?	5	100%	0	0%
2	Existem Provisões Adicionais ou Baixas no período?	3	60%	2	40%
3	Existe reversão de valores não utilizados?	5	100%	0	0%
4	As provisões são destacadas através de sua natureza? (Trabalhista, Cível, etc.)	5	100%	0	0%
5	Existem estimativas do Efeito Financeiro da Provisão?	5	100%	0	0%
6	Existe informação/mensuração de ajustes a valor presente?	3	60%	2	40%
7	As informações de reembolsos são divulgadas?	0	0%	5	100%
8	São divulgadas informações referente as incertezas da liquidação, valor e prazo da provisão?	3	60%	2	40%
TOTAL/PERCENTUAL		29	72,50%	11	27,50%

Fonte: Elaborado pelo autor com base no CPC 25 (2009).

Através da análise da Tabela 6 observa-se que no geral 72,50% das perguntas foram atendidas. Quanto ao item 84 (a) do CPC 25 ele foi totalmente atendido, visto que as provisões de toda amostra apresentam valor contábil no início e no fim do período. A reversão dos valores não utilizados 84 (d) CPC 25 também esteve presente em todas as demonstrações financeiras. Os itens 85 (a) e 38 do CPC 25 também foram atendidos 100%, uma vez que a natureza das provisões e as estimativas de efeito financeiro foram divulgadas em todas as demonstrações contábeis das companhias da amostra.

Nenhuma companhia divulgou informações referentes a reembolsos, portanto existem duas possibilidades para esta ocorrência, ou não há provisões de reembolso por parte de terceiros, ou o item 85 (c) do CPC 25 não foi seguido pelas empresas da amostra.

No atendimento das questões da pesquisa relacionadas às provisões, observou-se que a média do seguimento das seguradoras foi de 72,5%. As empresas Companhia de Participações Aliança da Bahia e Companhia de Seguros Aliança da Bahia apresentaram o menor percentual de divulgação das provisões,

50%. Já as companhias Sul América, Porto Seguro e BB Seguridade atenderam as questões de pesquisa com o maior percentual, 87,5%.

A Tabela 7 destaca o percentual das respostas obtidas através das perguntas referentes aos passivos contingentes desta pesquisa.

Tabela 7 - Percentual das respostas perguntas de pesquisa – Passivos Contingentes

Perguntas de Pesquisa	Percentual das Respostas		Respostas	
	Perguntas:	SIM	%	NÃO
1 Os passivos contingentes são divulgados pela companhia?	5	100%	0	0%
2 Os passivos contingentes são destacados através de sua natureza (Trabalhista, fiscal, etc.)	5	100%	0	0%
3 São fornecidas informações acerca das incertezas dos passivos contingentes?	2	40%	3	60%
4 Existe mensuração dos possíveis desembolsos com os passivos contingentes?	5	100%	0	0%
5 Existe informações sobre a estimativa de reembolso dos passivos contingentes?	0	0%	5	100%
TOTAL/PERCENTUAL	17	68,00%	8	32,00%

Fonte: Elaborado pelo autor com base no CPC 25 (2009).

De acordo com a Tabela 7, 68% das questões referentes aos passivos contingentes foram atendidas. Em conformidade com o CPC 25 todas as empresas analisadas divulgaram os passivos contingentes, enfatizando as suas naturezas e as possibilidades de desembolsos relacionadas a essas obrigações. O item que regulamenta essas exigências é o 86 (CPC 25, 2009).

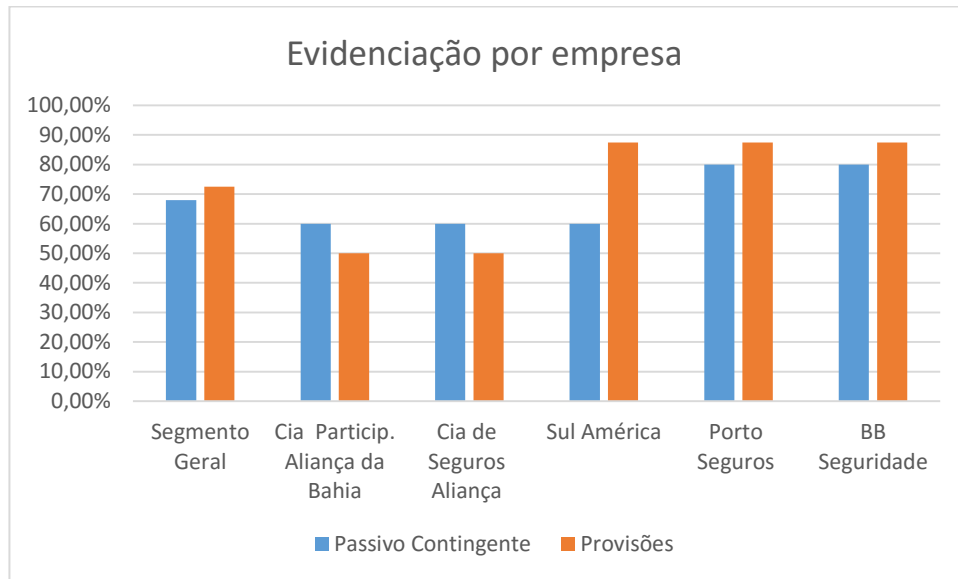
Apenas duas empresas da amostra divulgaram informações suficientes acerca das incertezas ou discricionariedade dos passivos contingentes. As expectativas de reembolsos, por parte de terceiros, não foi divulgada por nenhuma empresa da amostra. Também não foi informado se a empresa não estima a ocorrência de qualquer tipo de ressarcimento relacionado aos passivos contingentes.

Semelhante aos resultados da análise das provisões deste estudo, as empresas divulgam os passivos contingentes, informações da natureza estão presentes e a mensuração dos desembolsos com previsões ou passivos contingentes estão presentes em todas empresas da amostra. As estimativas de

reembolsos não foram divulgadas por nenhuma das companhias analisadas, seja nas provisões ou passivos contingentes.

Gráfico 1 apresenta o percentual das respostas de cada empresa e a média do segmento das seguradoras.

Gráfico 1 - Evidenciação Segmento em Geral e Empresas da amostra



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da pesquisa (2016).

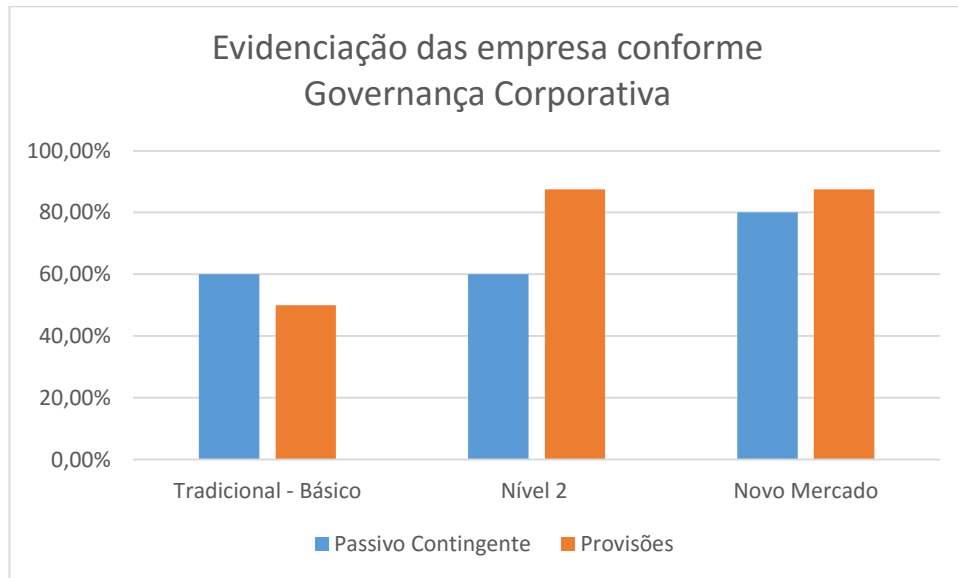
Conforme ilustra o Gráfico 1, o atendimento das questões de pesquisa apresentou a média de 72,5% nas provisões. As empresas Sul América, Porto Seguro e BB Seguridade apresentaram 87,5% de aderência as questões, já as Companhia de Seguros Aliança da Bahia e Companhia de Participações Aliança da Bahia atenderam 50% das perguntas de pesquisa.

Quanto aos passivos contingentes, no atendimento das questões de pesquisa, a média encontrada foi de 68%. As empresas Porto Seguro e BB Seguridade atenderam 80% das questões da pesquisa, deste modo foram as companhias que mais se adequaram no tratamento dos passivos contingentes. A Cia de Participações Aliança da Bahia e a Cia de Seguros Aliança da Bahia apresentaram 20 pontos percentuais abaixo das que mais divulgaram, sendo consideradas as companhias que menos aderiram as exigências do CPC 25.

Fonteles *et. al* (2012) enfatiza que as empresas não apresentam total conformidade com o CPC 25, deste modo a análise desta pesquisa vai de encontro com a constatação do estudo anterior. A efetividade nas fiscalizações pode garantir aos usuários externos maior simetria e qualidade na informação contábil.

No Gráfico 2 as empresas pertencentes ao nível de governança tradicional são a Companhia de Participações Aliança da Bahia e Companhia de Seguros Aliança da Bahia, a Sul América é a única representante do Nível 2 e no Novo Mercado estão Porto Seguro e BB Seguridade.

Gráfico 2 - Evidenciação conforme Governança Corporativa



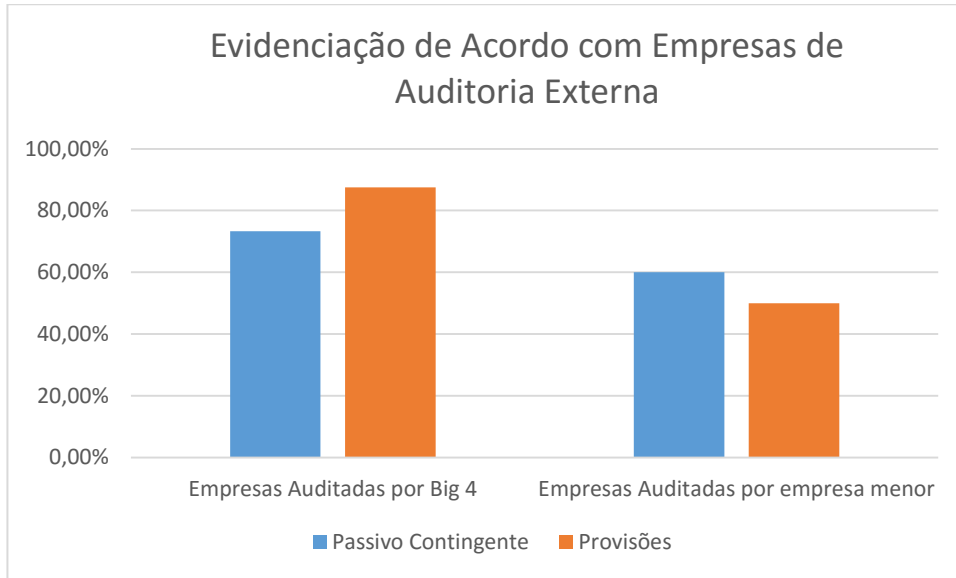
Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da pesquisa (2016).

Conforme evidenciado no Gráfico 2, os passivos contingentes com menor atendimento as perguntas da pesquisa foram nas empresas dos níveis de governança tradicional e nível 2, 60%. Já no novo mercado o percentual encontrado foi de 80%. Nas provisões as maiores porcentagens encontram-se nas companhias do nível de governança 2 e novo mercado, 87,5%; o nível tradicional apresentou apenas 50% de divulgação.

Segundo a BM&FBovespa (2016), as empresas ao aderirem as práticas de governança corporativa submetem-se a um conjunto de regras societárias que aumentam o direito dos acionistas. Os critérios para evidenciação devem ser diferenciados dos demais, enfatizando a transparência e a abrangência das informações da companhia.

O Gráfico 3 mostra os atendimentos das questões da pesquisa e compara as informações das empresas que foram auditadas por “Big Four” com as que foram auditadas por outras empresas de auditoria.

Gráfico 3 – Evidenciação empresas conforme porte da empresa de auditoria externa



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da pesquisa (2016).

Para análise dos dados do Gráfico 3, tem-se a informação de que as empresas da amostra que foram auditadas por “*Big Four*” foram as seguintes: Sul América S.A. (Deloitte), Porto Seguro S.A. (Deloitte) e BB Seguridade S.A. (KPMG). As empresas Cia de Participações Aliança da Bahia S.A. e Cia de Seguros Aliança da Bahia S.A. foram auditadas pela firma Audicont Auditores e Consultores.

Quanto aos passivos contingentes, no atendimento das questões de pesquisa, a média encontrada nas empresas auditadas por “*Big Four*” foi de 73,33%. Nas companhias auditadas por outra empresa de auditoria o percentual encontrado foi menor, 60%.

Para o atendimento das questões de provisões a diferença entre companhias auditadas por “*Big Four*” foi ainda mais relevante em relação as auditadas por outra empresa. O atendimento nas questões de pesquisa relacionado as provisões foi de 87,5% nas empresas auditadas por “*Big Four*”, as empresas auditadas por empresas menores apresentaram 50% de conformidade com o questionário da pesquisa.

5. CONCLUSÕES

O presente estudo apresentou como objetivo geral analisar as informações contábeis pertinentes as provisões e passivos contingentes divulgadas pelas seguradoras listadas na BM&FBovespa no exercício de 2015. A pesquisa foi realizada em todas as empresas deste segmento e por meio dos objetivos específicos buscou-se analisar as informações contidas nas Demonstrações Financeiras Padronizadas e em notas explicativas para alcance do objetivo geral.

Com toda legislação, pronunciamentos técnicos, práticas de governança corporativa e a supervisão das seguradoras pela SUSEP destacou-se por meio da pesquisa realizada que nas provisões não há divulgação dos possíveis reembolsos e apenas 60% da amostra faz provisões adicionais ou as baixas no período de 2015.

Nos passivos contingentes a não conformidade com os requerimentos do CPC 25 foi presente nas estimativas dos reembolsos, todas as companhias analisadas não forneceram qualquer informação acerca desta exigência. Já as informações associadas à discricionariedade dos passivos contingentes foram atendidas em apenas duas das cinco empresas analisadas (40%).

Em observação a amostra da pesquisa identificou-se que a qualidade da informação contábil e a conformidade com o CPC 25 esteve associada à hierarquia dos níveis de governança corporativa. As empresas de nível tradicional ou básico atenderam apenas 50% das questões da pesquisa referentes as provisões, a empresa do nível 2 (Sul América S.A.), em companhia das entidades do novo mercado (Porto Seguro S.A. e BB Seguridade S.A.) atenderam 87,5% das perguntas da pesquisa.

No tratamento dos passivos contingentes também foi confirmado um dos objetivos desta pesquisa, o maior grau de evidenciação das perguntas de pesquisa foi nas companhias do novo mercado, 80%. As empresas do Nível 2 e do nível tradicional ou básico atenderam as questões em 60%.

No atendimento ao CPC 25, através das perguntas do estudo, observou-se que pode existir uma relação entre o grau de atendimento ao pronunciamento técnico conforme o porte da empresa que auditou as demonstrações financeiras da companhia. No atendimento das questões de pesquisa quanto as provisões observou-se que a conformidade com o CPC 25 – perguntas da pesquisa - foi de

87,5% nas companhias auditadas por “*Big Four*”, nas entidades em que a auditoria foi realizada por empresa menores a adequação ao pronunciamento contábil foi de 50%.

Na verificação dos passivos contingentes também foi comparado o percentual de adesão ao CPC 25 e novamente observou-se uma possível relação entre porte da auditoria independente e a conformidade com o pronunciamento técnico. As companhias auditadas por “*Big Four*” apresentaram atendimento as questões de pesquisa em 73,33%, nas demais o resultado foi de 60%.

O estudo apresentou determinadas limitações, que podem ser consideradas no desenvolvimento de novas pesquisas. Foi analisado exclusivamente o setor das seguradoras da BM&FBovespa, desse modo as conclusões do estudo ficam restritas a este setor. A análise das demonstrações contábeis foi referente ao exercício de 2015, a existência de outros períodos possibilita comparações, bem como inferências dos avanços no decorrer dos anos. Outra informação relevante é que as questões da pesquisa foram elaboradas pelo autor a partir da interpretação das exigências do CPC 25.

Através da análise das demonstrações contábeis das empresas da amostra conclui-se que a divulgação das provisões e passivos não atenderam os requisitos mínimos do CPC 25. Pode existir uma possível relação, que poderá ser confirmada em estudos posteriores, entre a conformidade ao CPC 25 com a graduação dos níveis de governança corporativa da amostra e na verificação da contabilização das empresas notou-se que as empresas auditadas por “*Big Four*” apresentam dados mais completos que favorecem a simetria da informação contábil.

Para futuras pesquisas orienta-se que seja estendido o período das análises para comparar a qualidade da informação contábil entre os anos; outros segmentos de companhias podem ser analisados para testar se as conclusões dessa análise se adequam aos diversos setores da economia; as provisões e passivos contingentes fiscais podem ser analisados e comparados com empresas de outros países; a conformidade com o CPC 11 que trata dos seguros pode ser analisada e comparada com as divulgações desta pesquisa – CPC 25.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Andrade; ROSSETTI, José Paschoal. **Governança corporativa: fundamentos, desenvolvimento e tendências**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

BB SEGURIDADE S.A. – Informações Financeiras, 2015. Disponível em: <www.bancodobrasilseguridade.com.br> Acesso em: 03 março 2016.

BEUREN, Ilse Maria *et al.* **Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade: Teoria e Prática**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2009.

BOVESPA, **Estatutos Códigos e Políticas. Código de Conduta**, São Paulo, Setembro, 2015, Disponível em: <http://ri.bmfbovespa.com.br/fck_temp/26_88/file/CodigoDeConduta_30_09_2015_V2.pdf> Acesso em: 20 maio 2016.

BRASIL. Instituto dos Auditores Independentes do Brasil. **NPC 22**. Brasília, Outubro, 2005, Disponível em: <<http://www.ibracon.com.br/ibracon/Portugues/>> Acesso em: 05 abril 2016.

BRASIL. Presidência da República. Lei n. 6.404 de 15 de dezembro de 1976. Dispõe sobre as Sociedades por Ações, Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6404consol.htm>. Acesso em: 10 maio 2016.

BRASIL. Presidência da República. Lei n° 11.638, de 28 de dezembro de 2007. Altera e revoga dispositivos das Leis n° 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei n° 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11638.htm. Acesso em: 18 maio 2016.

BRASIL. Presidência da República. Lei n° 11.941, de 27 de maio de 2009. Altera a legislação tributária federal relativa ao parcelamento ordinário de débitos tributários; concede remissão nos casos em que especifica; institui regime tributário de transição. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11941.htm. Acesso em 20 abril 2016.

CAETANO, T. P.; SILVA T. B. da; BIESDORF, S.; LEAL, E. A.; **Evidenciação do Passivo Contingencial nas Demonstrações Contábeis: Um estudo nas Empresas de Papel e Celulose**. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 10, 2010, São Paulo. **Anais...** São Paulo, 2010. Disponível em: <<http://www.congressousp.fipecafi.org/web/artigos102010/432.pdf>> Acesso em: 10 março 2016.

CIA PARTICIPAÇÕES ALIANÇA BAHIA S.A. – Relação com Investidores - DFP, 2015. Disponível em: <<http://www.aliancaparticipacoes.com.br>> Acesso em: 03 março 2016.

CIA SEGUROS ALIANÇA BAHIA S.A. – Relação com Investidores - DFP, 2015. Disponível em: <www.alba.com.br> Acesso em: 03 março 2016.

CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis. **Pronunciamento Conceitual Básico**. Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos>> Acesso em 12 abril 2016.

CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis. **Pronunciamento Técnico CPC 25**. Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos>> Acesso em: 04.março 2016.

CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis. **Pronunciamento Técnico CPC 11**. Contratos de Seguro. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos>> Acesso em 04 março 2016.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS (2005): Deliberação CVM nº 489, de 03 de outubro de 2005. Aprova o Pronunciamento do IBRACON NPC Nº 22 sobre Provisões, Passivos, Contingências Passivas e Contingências Ativas. Disponível em: < <http://www.cvm.gov.br/legislacao/deli/deli489.html> >. Acesso em: 22 maio 2016.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS (2009): Deliberação CVM nº 594, de 15 de setembro de 2009. Aprova o Pronunciamento Técnico CPC 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, que trata de provisões, passivos contingentes e ativos contingentes. Disponível em: <http://static.cpc.mediagroup.com.br/Documentos/304_CPC_25.pdf >. Acesso em: 22 abril 2016.

COSTA, Eduardo Baldoioda. **Passivos Contingentes na bolsa de valores de Nova York**: uma análise comparativa entre as empresas estrangeiras. 2013. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências Contábeis, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/107064>> Acesso em: 23 abril 2016.

ERNST & YOUNG. **Manual de normas internacionais de contabilidade: IFRS vs. Normas Brasileiras**. São Paulo: Atlas, 2009.

FARIAS, Manoel Raimundo Santana. **Bases conceituais e normativas para reconhecimento e divulgação do passivo contingente**: um estudo empírico no setor químico e petroquímico brasileiro. 2004. Disponível em: <<http://www.congressosp.fipecafi.org/web/artigos62006/477.pdf> > Acesso em 11 de maio de 2016.

FINANCIAL ACCOUNTING STATEMENT BOARD. STATEMENT. *Statement of Financial Accounting Concepts – SFAC*. Disponível em: <<http://www.fasb.org/resources/ccurl/792/293/CON6.pdf> > Acesso em: 16 março 2016.

FONTELES, I.V.; NASCIMENTO, C. P. S. do; PONTE, V. M. R.; REBOUÇAS, S. M. D. P.. **Determinantes da evidenciação de provisões e contingências por companhias listadas na BM&FBOVESPA**. In: Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, 2012, São Paulo/SP. 12º Congresso USP, v. 1, p. 1-18, 2012.

Disponível em: < <http://www.congressosp.fipecafi.org/web/artigos122012/437.pdf> >
Acesso em: 23 março 2016.

GARCIA, Alexandre Schwinden. **Divulgação dos Passivos Contingentes e Provisões em Empresas do Setor Industrial**: Segmento Novo Mercado da BM&F Bovespa, 2015. Monografia apresentada à Universidade Federal de Santa Catarina/UFSC, Florianópolis 2015.

HENDRIKSEN, E.S.; VAN BREDA, M.F. (1999): **Teoria da contabilidade**. São Paulo, SP: Atlas 1999. Tradução da 5. ed. Americana por Antonio Zoratto Sanvicente.

IBGC. Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. Código das melhores práticas de governança corporativa. Disponível em: <<http://www.ibgc.org.br>>. Acesso em: 17 maio 2016.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da Contabilidade**. 9 Ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LOPES, Alexsandro Broedel.; MARTINS, Eliseu. **Teoria da contabilidade**: uma nova abordagem. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

LOPES, Alexandro B. **A informação contábil e o mercado de capitais**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

MACKENZIE, Bruce *et al.* **IFRS 2012: Interpretação e Aplicação**. Bookman, 2013.

MARTINS, E; IUDÍCIBUS, S;; GELBCKE, E.R; SANTOS, A. **Manual de Contabilidade Societária**: (Aplicável a todas as sociedades): de acordo às normas internacionais e do CPC. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

MARTINS, Gilberto de Andrade, THEÓPHILO Carlos Renato. **Metodologia da Investigação Científica para ciências sociais aplicadas**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

NIYAMA, Jorge Katsumi; SILVA, César Augusto Tibúrcio. **Teoria da Contabilidade** 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

PORTELLA, A. R.; OLIVEIRA, M. C.; ELIAS, T. M.; LORANDI, J. A. **Passivos contingentes**: um estudo nas maiores companhias abertas do estado de Santa Catarina, Brazil. In: Revista Iberoamericana de Contabilidad de Gestión , v. XIII, p. 1-20, 2015.

PORTO SEGURO S.A. – Relação com Investidores - DFP, 2015. Disponível em:< http://ri.portoseguro.com.br/default_pt.asp?idioma=0&conta=28> Acesso em: 03 março 2016.

PRADO, Fabrício José do. Análise do Comportamento da divulgação das informações sobre provisões e passivos contingentes das empresas do setor de energia elétrica listadas na BM&F Bovespa, 2014. Dissertação de mestrado, apresentada à Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto/USP, Ribeirão Preto. Disponível em:

<<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/96/96133/tde-18082014-102308/pt-br.php>>. Acesso em: 10 fev. 2016.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social: Métodos e Técnicas**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

RUDIO, Franz Victor. **Introdução ao Projeto de Pesquisa Científica**. 28. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

SANTOS, José Luiz dos. **Teoria da Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2007.

SILVA, Simone Povia. Auditoria Independente no Brasil: Evolução de 1997 a 2008 e Fatores que podem influenciar a escolha de um auditor pela empresa auditada. Dissertação de mestrado, apresentada à Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade – São Paulo, 2010

SOUZA, Flavia Cruz de; BORBA, José Alonso. **Governança Corporativa e Remuneração de Executivos**: uma revisão de artigos publicados no exterior. In: Contab. Vista & Rev., v. 18, n. 2, p. 35-48, abril/junho, 2007. Disponível em: < <http://revistas.face.ufmg.br/index.php/contabilidadevistaerevista/article/viewFile/325/318> >. Acesso em: 10 abril 2016.

SUL AMÉRICA S.A. – Relação com Investidores - DFP, 2015. Disponível em:< www.sulamerica.com.br/ri> Acesso em: 03 março 2016.

SUSEP. Superintendência de Seguros Privados. A SUSEP - Apresentação. Disponível em: < <http://www.susep.gov.br/menu/a-susep/apresentacao> >. Acesso em: 25 março 2016.

APÊNDICE A – Empresas da Amostra

Empresa	PL 2015 (R\$ Mil)	Nível de Governança BM&F Bovespa	Auditoria em 2015
BB Seguridade Participações S.A	R\$ 7.580.768,00	Novo Mercado	KPMG
Companhia de Participações Aliança da Bahia	R\$ 445.631,00	Tradicional	Audicont Auditores
Companhia de Seguros Aliança da Bahia	R\$ 185.526,00	Tradicional	Audicont Auditores
Porto Seguro S.A	R\$ 6.442.533,00	Novo Mercado	Deloitte
Sul América S.A	R\$ 4.430.871,00	Nível 2	Deloitte

APÊNDICE B – Evidenciação das Provisões

Empresas da amostra:

Evidenciação das Provisões		Respostas			
Perguntas da Pesquisa:		SIM	%	NÃO	%
1	As provisões apresentam valor contábil no início e final do período?	5	100,00%	0	0,00%
2	Existem Provisões Adicionais ou Baixas no período?	3	60,00%	2	40,00%
3	Existe reversão de valores não utilizados?	5	100,00%	0	0,00%
4	As provisões são destacadas através de sua natureza? (Trabalhista, Cível, etc.)	5	100,00%	0	0,00%
5	Existem estimativas do Efeito Financeiro da Provisão?	5	100,00%	0	0,00%
6	Existe informação/mensuração de ajustes a valor presente?	3	60,00%	2	40,00%
7	As informações de reembolsos são divulgadas?	0	0,00%	5	100,00%
8	São divulgadas informações referentes as incertezas da liquidação, valor e prazo da provisão?	3	60,00%	2	40,00%
TOTAL - Média		29	72,50%	11	27,50%

Nível de Governança Corporativa Tradicional/Básico:

Evidenciação das Provisões		Respostas			
Perguntas da Pesquisa:		SIM	%	NÃO	%
1	As provisões apresentam valor contábil no início e final do período?	2	100,00%	0	0,00%
2	Existem Provisões Adicionais ou Baixas no período?	0	0,00%	2	100,00%
3	Existe reversão de valores não utilizados?	2	100,00%	0	0,00%
4	As provisões são destacadas através de sua natureza? (Trabalhista, Cível, etc.)	2	100,00%	0	0,00%
5	Existem estimativas do Efeito Financeiro da Provisão?	2	100,00%	0	0,00%
6	Existe informação/mensuração de ajustes a valor presente?	0	0,00%	2	100,00%
7	As informações de reembolsos são divulgadas?	0	0,00%	2	100,00%
8	São divulgadas informações referentes as incertezas da liquidação, valor e prazo da provisão?	0	0,00%	2	100,00%
TOTAL - Média		8	50,00%	8	50,00%

Nível 2 de Governança Corporativa:

Evidenciação das Provisões		Respostas			
Perguntas da Pesquisa:		SIM	%	NÃO	%
1	As provisões apresentam valor contábil no início e final do período?	1	100,00%	0	0,00%
2	Existem Provisões Adicionais ou Baixas no período?	1	100,00%	0	0,00%
3	Existe reversão de valores não utilizados?	1	100,00%	0	0,00%
4	As provisões são destacadas através de sua natureza? (Trabalhista, Cível, etc.)	1	100,00%	0	0,00%
5	Existem estimativas do Efeito Financeiro da Provisão?	1	100,00%	0	0,00%
6	Existe informação/mensuração de ajustes a valor presente?	1	100,00%	0	0,00%
7	As informações de reembolsos são divulgadas?	0	0,00%	1	100,00%
8	São divulgadas informações referentes as incertezas da liquidação, valor e prazo da provisão?	1	100,00%	0	0,00%
TOTAL - Média		7	87,50%	1	12,50%

Novo Mercado:

Evidenciação das Provisões		Respostas			
Perguntas da Pesquisa:		SIM	%	NÃO	%
1	As provisões apresentam valor contábil no início e final do período?	2	100,00%	0	0,00%
2	Existem Provisões Adicionais ou Baixas no período?	2	100,00%	0	0,00%
3	Existe reversão de valores não utilizados?	2	100,00%	0	0,00%
4	As provisões são destacadas através de sua natureza? (Trabalhista, Cível, etc.)	2	100,00%	0	0,00%
5	Existem estimativas do Efeito Financeiro da Provisão?	2	100,00%	0	0,00%
6	Existe informação/mensuração de ajustes a valor presente?	2	100,00%	0	0,00%
7	As informações de reembolsos são divulgadas?	0	0,00%	2	100,00%
8	São divulgadas informações referentes as incertezas da liquidação, valor e prazo da provisão?	2	100,00%	0	0,00%
TOTAL - Média		14	87,50%	2	12,50%

Auditadas por “Big Four”:

Evidenciação das Provisões		Respostas			
Perguntas da Pesquisa:		SIM	%	NÃO	%
1	As provisões apresentam valor contábil no início e final do período?	3	100,00%	0	0,00%
2	Existem Provisões Adicionais ou Baixas no período?	3	100,00%	0	0,00%
3	Existe reversão de valores não utilizados?	3	100,00%	0	0,00%
4	As provisões são destacadas através de sua natureza? (Trabalhista, Cível, etc.)	3	100,00%	0	0,00%
5	Existem estimativas do Efeito Financeiro da Provisão?	3	100,00%	0	0,00%
6	Existe informação/mensuração de ajustes a valor presente?	3	100,00%	0	0,00%
7	As informações de reembolsos são divulgadas?	0	0,00%	3	100,00%
8	São divulgadas informações referentes as incertezas da liquidação, valor e prazo da provisão?	3	100,00%	0	0,00%
TOTAL - Média		21	87,50%	3	12,50%

Não Auditada por “Big Four”:

Evidenciação das Provisões		Respostas			
Perguntas da Pesquisa:		SIM	%	NÃO	%
1	As provisões apresentam valor contábil no início e final do período?	2	100,00%	0	0,00%
2	Existem Provisões Adicionais ou Baixas no período?	0	0,00%	2	100,00%
3	Existe reversão de valores não utilizados?	2	100,00%	0	0,00%
4	As provisões são destacadas através de sua natureza? (Trabalhista, Cível, etc.)	2	100,00%	0	0,00%
5	Existem estimativas do Efeito Financeiro da Provisão?	2	100,00%	0	0,00%
6	Existe informação/mensuração de ajustes a valor presente?	0	0,00%	2	100,00%
7	As informações de reembolsos são divulgadas?	0	0,00%	2	100,00%
8	São divulgadas informações referentes as incertezas da liquidação, valor e prazo da provisão?	0	0,00%	2	100,00%
TOTAL - Média		8	50,00%	8	50,00%

APÊNDICE C – Evidenciação dos Passivos Contingentes

Empresas da Amostra:

Evidenciação dos Passivos Contingentes		Respostas			
Perguntas da Pesquisa:		SIM	%	NÃO	%
1	Os passivos contingentes são divulgados pela companhia?	5	100%	0	0%
2	OS passivos contingentes são destacados através de sua natureza? (Trabalhista, fiscal, etc.)	5	100%	0	0%
3	São fornecidas informações acerca das incertezas dos passivos contingentes?	2	40%	3	60%
4	Existe mensuração dos possíveis desembolsos com os passivos contingentes?	5	100%	0	0%
5	Existe informações sobre a estimativa de reembolso dos passivos contingentes?	0	0%	5	100%
TOTAL - Média		17	68,00%	8	32,00%

Nível de Governança Corporativa Tradicional/Básico:

Evidenciação dos Passivos Contingentes		Respostas			
Perguntas da Pesquisa:		SIM	%	NÃO	%
1	Os passivos contingentes são divulgados pela companhia?	2	100%	0	0%
2	OS passivos contingentes são destacados através de sua natureza? (Trabalhista, fiscal, etc.)	2	100%	0	0%
3	São fornecidas informações acerca das incertezas dos passivos contingentes?	0	0%	2	100%
4	Existe mensuração dos possíveis desembolsos com os passivos contingentes?	0	0%	0	0%
5	Existe informações sobre a estimativa de reembolso dos passivos contingentes?	2	100%	2	100%
TOTAL - Média		6	60,00%	4	40,00%

Nível 2 de Governança Corporativa:

Evidenciação dos Passivos Contingentes		Respostas			
Perguntas da Pesquisa:		SIM	%	NÃO	%
1	Os passivos contingentes são divulgados pela companhia?	1	100%	0	0%
2	OS passivos contingentes são destacados através de sua natureza? (Trabalhista, fiscal, etc.)	1	100%	0	0%
3	São fornecidas informações acerca das incertezas dos passivos contingentes?	0	0%	1	100%
4	Existe mensuração dos possíveis desembolsos com os passivos contingentes?	1	100%	0	0%
5	Existe informações sobre a estimativa de reembolso dos passivos contingentes?	0	0%	1	100%
TOTAL - Média		3	60,00%	2	40,00%

Novo Mercado:

Evidenciação dos Passivos Contingentes		Respostas			
Perguntas da Pesquisa:		SIM	%	NÃO	%
1	Os passivos contingentes são divulgados pela companhia?	2	100%	0	0%
2	OS passivos contingentes são destacados através de sua natureza? (Trabalhista, fiscal, etc.)	2	100%	0	0%
3	São fornecidas informações acerca das incertezas dos passivos contingentes?	2	100%		0%
4	Existe mensuração dos possíveis desembolsos com os passivos contingentes?	2	100%	0	0%
5	Existe informações sobre a estimativa de reembolso dos passivos contingentes?	0	0%	2	100%
TOTAL - Média		8	80,00%	2	20,00%

Auditadas por “Big Four”:

Evidenciação dos Passivos Contingentes		Respostas			
Perguntas da Pesquisa:		SIM	%	NÃO	%
1	Os passivos contingentes são divulgados pela companhia?	3	100%	0	0%
2	OS passivos contingentes são destacados através de sua natureza? (Trabalhista, fiscal, etc.)	3	100%	0	0%
3	São fornecidas informações acerca das incertezas dos passivos contingentes?	2	67%	1	33%
4	Existe mensuração dos possíveis desembolsos com os passivos contingentes?	3	100%	0	0%
5	Existe informações sobre a estimativa de reembolso dos passivos contingentes?	0	0%	3	100%
TOTAL - Média		11	73,33%	4	26,67%

Não Auditada por “Big Four”:

Evidenciação dos Passivos Contingentes		Respostas			
Perguntas da Pesquisa:		SIM	%	NÃO	%
1	Os passivos contingentes são divulgados pela companhia?	2	100%	0	0%
2	OS passivos contingentes são destacados através de sua natureza? (Trabalhista, fiscal, etc.)	2	100%	0	0%
3	São fornecidas informações acerca das incertezas dos passivos contingentes?	0	0%	2	100%
4	Existe mensuração dos possíveis desembolsos com os passivos contingentes?	0	0%	0	0%
5	Existe informações sobre a estimativa de reembolso dos passivos contingentes?	2	100%	2	100%
TOTAL - Média		6	60,00%	4	40,00%